INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Perceber para Intervir? Os Estados Unidos no labirinto da Revolução dos Cravos (1974-1975).

Filipa Maria Ribeiro Monteiro

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador:
Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Catedrático,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2026

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

Perceber para Intervir? Os Estados Unidos no labirinto da Revolução dos Cravos (1974-1975).

Filipa Maria Ribeiro Monteiro

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientador:
Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Catedrático,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2026

Pergunto ao vento que passa
notícias do meu país
e o vento cala a desgraça
o vento nada me diz

Mas há sempre uma candeia
dentro da própria desgraça
há sempre alguém que semeia
canções no vento que passa

Mesmo na noite mais triste
em tempo de servidão
há sempre alguém que resiste
há sempre alguém que diz não

— Manuel Alegre.

Agradecimento

A concretização desta dissertação não teria sido possível sem o apoio, a orientação e o incentivo de diversas pessoas, às quais desejo expressar o meu agradecimento.

Em primeiro lugar, ao meu orientador, Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues, pela disponibilidade e acompanhamento ao longo deste percurso. Agradeço as críticas construtivas, as sugestões e a exigência intelectual, que contribuíram decisivamente para a concretização desta dissertação e para a minha evolução enquanto historiadora.

À Professora Doutora Ana Mónica Fonseca, pela disponibilidade e pelas palavras de incentivo nos momentos em que mais delas necessitei. Agradeço sinceramente a atenção e o encorajamento ao longo deste percurso.

Ao Pedro, por ter ouvido, vezes sem conta, as minhas dúvidas, ideias e inquietações, mesmo quando a conversa voltava sempre ao mesmo tema. Obrigada pela paciência, pelo apoio e por nunca me deixares sentir sozinha.

Ao Oshy e à Rhea, os meus fiéis companheiros de quatro patas, pela companhia durante as horas de escrita, pela presença nos longos dias e noites de trabalho. A vossa presença tornou este processo mais leve e recordou-me, nos momentos de maior cansaço, a importância de fazer uma pausa.

À Maria, por ter partilhado comigo este último ano de mestrado. Obrigada por termos navegado no mesmo barco, pelas conversas, pelas dúvidas partilhadas, pelos momentos de entreajuda e pela companhia num percurso que, sem isso, teria sido muito mais solitário.

Aos meus amigos e colegas de Lisboa, por fazerem parte desta etapa da minha vida. Obrigada pela amizade, pelo apoio, pelos momentos de descontração e por compreenderem as inevitáveis ausências durante estes meses de escrita.

Por fim, agradeço a mim própria. Pela perseverança, pela disciplina e pela capacidade de continuar, mesmo nos momentos de maior cansaço. Esta dissertação representa muitas horas de trabalho, renúncia e dedicação, e terminar este percurso recorda-me que desistir nunca foi verdadeiramente uma opção.

Resumo

A presente dissertação explora o modo como os Estados Unidos observaram e procuraram interpretar o processo revolucionário iniciado com o 25 de abril de 1974, em Portugal. A partir de fontes produzidas por organismos norte-americanos, particularmente relatórios de inteligência e documentos diplomáticos, este estudo foca-se na construção de leituras estratégicas e políticas acerca da queda do Estado Novo e da evolução do contexto político português no contexto da Guerra Fria.

Esta investigação insere-se numa abordagem de história contemporânea das relações internacionais, privilegiando uma análise crítica das expectativas, perceções e enquadramentos analíticos empregues pelos Estados Unidos face a um aliado estratégico. Procura-se compreender de que forma fatores como a importância geoestratégica de Portugal, a Guerra Colonial e a lógica da contenção comunista influenciaram a interpretação americana do processo revolucionário português.

Ao avaliar o "olhar americano" sobre o processo revolucionário português, esta dissertação contribui para um entendimento mais amplo das dinâmicas internacionais da transição portuguesa, ao analisar as tensões entre interesses estratégicos, estabilidade política e mudança no quadro da Guerra Fria.

Palavras-chave: Revolução portuguesa; Relações luso-americanas; Guerra Fria; Diplomacia; Geopolítica.

Abstract

This dissertation explores how the United States observed and sought to interpret the revolutionary process initiated in Portugal with the April 25, 1974 revolution. Drawing on sources produced by U.S. governmental bodies, particularly intelligence reports and diplomatic documents, the study focuses on the construction of strategic and political interpretations of the fall of the Estado Novo and the evolution of the Portuguese political context within the framework of the Cold War.

This research is situated within an approach to contemporary history and the history of international relations, privileging a critical analysis of the expectations, perceptions, and analytical frameworks employed by the United States in relation to a strategic ally. It seeks to understand how factors such as Portugal's geoestrategic importance, the Colonial War, and the logic of communist containment influenced american interpretations of the Portuguese revolutionary process.

By assessing the "American gaze" about the Portuguese revolutionary process, this dissertation contributes to a broader understanding of the international dynamics of Portugal's transition, analysing the tensions between strategic interests, political stability, and political change within the Cold War context.

Keywords: Portuguese Revolution; Luso-American relations; Cold War; Diplomacy; Geopolitics.

Índice

Agradecimento iii

Resumo v

Abstract vii

Siglas xi

Introdução 1

Contextualização Histórica 9

1.1. O Estado Novo perante a ordem bipolar 9

1.2. A Guerra colonial e o seu impacto estratégico 12

1.3. O 25 de abril: do golpe militar à revolução 15

1.4. A luta pelo poder e o contexto internacional 18

O 25 de abril e as semanas seguintes 23

2.1. A perceção americana do golpe 23

2.2. O 1º de maio e o entusiasmo popular 26

2.3. A incerteza política e as leituras provisórias do novo regime 28

O processo de descolonização 31

3.1. A descolonização como problema estratégico internacional 31

3.2. A leitura americana da política colonial portuguesa pós-25 de abril 35

3.3. Angola e Moçambique entre a descolonização e a Guerra Fria: a leitura americana 39

Conflitos e Cenários Políticos 43

4.1. Spínola 43

4.2. O conflito Spínola – Movimento das Forças Armadas e o 28 de setembro 46

4.3. Partidos Políticos 50

4.3.1. PCP 50

4.3.2. PS 52

4.3.3. PPD 54

4.3.4. Outros partidos – CDS, MDP/CDE e a pressão da extrema-esquerda 57

1975: O Ano de Todos os Perigos 61

5.1. O 11 de março 61

5.2. As Eleições e o Choque de Legitimidades 68

5.3. O 25 de novembro e a estabilização democrática 74

Conclusão 81

Fontes 85

Referências Bibliográficas 89

Siglas

AMI – Agrupamento Militar de Intervenção

ANP – Acção Nacional Popular

AOC – Aliança Operário-Camponesa

CDS – Centro Democrático Social

CIA – Central Intelligence Agency

COPCON – Comando Operacional do Continente

CR – Conselho da Revolução

DCM - Deputy Chief of Mission

EUA – Estados Unidos da América

FRUS – Foreign Relations of the United States

GOP – Government of Portugal

JSN – Junta de Salvação Nacional

MDP/CDE – Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral

MFA – Movimento das Forças Armadas

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

NATO – North Atlantic Treaty Organization

NPG - Nuclear Planning Group

ONU – Organização das Nações Unidas

PCP – Partido Comunista Português

PDC – Partido da Democracia Cristã

PPD – Partido Popular Democrático

PS – Partido Socialista

RAL-1 – Regimento de Artilharia Ligeira nº 1

RR – Rádio Renascença

SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

O fim da Segunda Guerra Mundial, para além do encerramento de um conflito bélico de escala global, representou o princípio de uma profunda reconfiguração da ordem internacional, estruturada em torno de uma organização bipolar. Sob a liderança dos EUA e da URSS, o sistema internacional dividiu-se em dois blocos ideológicos rivais, cuja estratégica geopolítica viria a moldar as dinâmicas políticas internacionais ao longo das cinco décadas seguintes. Nesta nova dinâmica global, a legitimidade e a sobrevivência dos regimes políticos deixaram de depender unicamente da sua legitimidade interna, passando a funcionar em torno do alinhamento com as superpotências bem como do seu papel na contenção ou expansão das respetivas esferas de influência.

O regime do Estado Novo, sendo uma ditadura autoritária, antidemocrática e corporativa, aproximava-se ideologicamente mais dos regimes fascistas europeus derrotados na Segunda Guerra, do que das democracias emergentes no bloco ocidental. No entanto, a sobrevivência do regime de António de Oliveira Salazar não dependia da aceitação passiva da comunidade internacional e sim da execução de uma diplomacia pragmática, nomeadamente através da sua habilidade de se posicionar como um aliado de relevância no flanco atlântico, através do uso da sua localização geoestratégica e da sua secular tradição marítima. O ponto essencial desta estratégia de legitimação e inclusão externa residia no arquipélago dos Açores, que, no decorrer da Guerra Fria, com a Base Aérea das Lajes, se assumiu como um instrumento fundamental para a defesa transatlântica e para a demonstração de força norte-americana na Europa. O acordo bilateral de cooperação militar, assinado entre Portugal e os Estados Unidos em 1948 oficializou esta parceria, que traria frutos para Portugal em 1949 com a sua integração como membro fundador da NATO. Esta integração concedeu ao regime do Estado Novo uma aceitação internacional que amenizava o impacto das críticas, tanto internas como externas, à sua natureza autoritária. Por outro lado, face ao pavor da expansão comunista, Washington decidiu ignorar a ausência de democracia em Lisboa de modo a preservar um aliado estável e estrategicamente posicionado, e cujo discurso anticomunista atuou como uma eficiente proteção ideológica.

No entanto, este modo de legitimação externa começou a apresentar sinais de desgaste a partir da década de 1950, com a eclosão da Guerra Colonial que forçou o Estado Novo a aplicar um esforço económico e militar considerável para manter a ideia de um Portugal pluricontinental. Simultaneamente o mundo seguia o processo de descolonização e da afirmação do princípio de autodeterminação dos povos, enquanto o sistema português persistia

na manutenção colonial. O isolamento diplomático de Portugal tornou-se cada vez mais evidente apesar de a administração norte-americana procurar conter a sua retórica anticolonialista através do apoio à política de "neutralidade colaborante"[1] de modo a proteger a vitalidade da Base das Lajes. A nível interno, as Forças Armadas começaram a demonstrar sinais de exaustão, a propaganda emitida a partir de Lisboa não representava a crua realidade quotidiana das operações dos militares no terreno, o que levou a uma fratura irreparável entre as elites políticas e os oficiais. Em fevereiro de 1974 ocorre o golpe intelectual que faria tremer o regime, com a publicação do manifesto *Portugal e o Futuro*, de autoria do prestigiado General António de Spínola, em que este considerava que a solução para o problema ultramarino não residia nas armas, e sim numa via política, o que levou à fragmentação das Forças Armadas e despoletou o que poderia ainda faltar para a revolta dos capitães.

A 25 de abril de 1974 uma operação militar cuidadosamente preparada pelo MFA derrubou o regime do Estado Novo, liderado por Marcelo Caetano, em menos de vinte horas. Esta rutura institucional repentina apanhou a diplomacia e a inteligência norte-americanas de surpresa, que, ainda em recuperação dos traumas da retirada do Vietname e paralisada pelo impacto do escândalo *Watergate*, optou por uma calculada "cegueira diplomática". Habituada a lidar com o regime do Estado Novo, a administração norte-americana viu-se subitamente sem meios de comunicação e sem modelos analíticos suficientemente capazes de interpretar um processo revolucionário comandado por capitães e apoiado por uma rápida e intensa mobilização popular.

A Revolução dos Cravos alterou de forma inesperada a estabilidade geopolítica no flanco sul da Aliança Atlântica, transformando Portugal num possível epicentro de conflito no quadro da Guerra Fria. Para a administração norte-americana, a transição portuguesa deixou de ser interpretada como um mero processo interno de democratização e passou a ser observada sob o prisma de equilíbrio de forças, teoria defendida por Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá: "Na realidade, os norte-americanos acabaram por se interessar pela revolução portuguesa e por procurar influenciar o seu resultado final, o que se deveu quase exclusivamente aos receios dos reflexos dos acontecimentos de Lisboa ao nível da 'guerra fria'"[2].

O objetivo central da presente investigação consiste na reconstituição e análise das perceções, das questões estratégicas e dos instrumentos de atuação através dos quais os Estados

[1] Expressão atribuída à diplomacia do Estado Novo, amplamente utilizada por figuras como António de Oliveira Salazar e Luís Teixeira de Sampaio.

[2] GOMES, Bernardino; MOREIRA DE SÁ, Tiago. *Carlucci vs. Kissinger: os EUA e a Revolução portuguesa.* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2008. p. 393.

Unidos procurar interpretar e moldar a transição portuguesa. A atuação externa de Washington face a Lisboa esteve longe de ser linear, muito pelo contrário, "a política dos Estados Unidos ao longo da revolução portuguesa não foi homogénea, sendo possível estruturá-la em cinco fases distintas quanto à abordagem dominante, ao nível de empenhamento e dos instrumentos de influência utilizados"[3], a compreensão destas flutuações constitui o núcleo deste estudo. Segundo Moreira de Sá, a primeira fase, que ocorre entre 25 de abril e 28 de setembro de 1974, é marcada por uma profunda surpresa e relativo desinteresse por parte de Washington face aos desenvolvimentos políticos de Lisboa, traduzindo-se na adoção de uma postura passiva, que ficou consagrada na diplomacia norte-americana como a política de "esperar para ver", perspetiva que este trabalho procura rever, demonstrando que a atuação norte-americana assentou progressivamente numa lógica de "perceber para intervir".

A segunda fase, entre 28 de setembro de 1974 e 11 de março de 1975, representa o desaire político de Spínola e a consequente viragem à esquerda do processo revolucionário no pós-28 de setembro, que assinala o início do envolvimento norte-americano, apesar de ainda em baixa intensidade. Esta mudança de atitude deveu-se sobretudo ao facto de a referida viragem à esquerda ter contribuído para se instalar uma visão pessimista da transição portuguesa no Departamento de Estado, com destaque para o próprio Secretário de Estado, Henry Kissinger. A terceira fase, que vai de 11 de março até ao "Verão Quente" representa o fracasso do levantamento militar do 11 de março, que constituiu o primeiro grande ponto de viragem na formulação estratégica norte-americana. Este período caracterizou-se por uma intensa disputa política no seio da administração Ford entre duas visões, a "teoria da vacina", defendida por Kissinger, que considerava que Portugal estava irremediavelmente perdido para o comunismo e propunha o seu isolamento no seio da NATO para "vacinar" o resto da Europa Ocidental, e por outro lado, a estratégia de "apoio aos moderados", teorizada pelo Embaixador Frank Carlucci, que defendia que Lisboa poderia ser ganha para a democracia desde que se apoiassem as forças moderadas civis e militares.[4]

A quarta fase, entre agosto e 25 de novembro de 1975 é marcada por uma alteração na estratégia norte-americana, com a vitória da linha de Carlucci e a aplicação oficial da política de apoio aos moderados. Esta mudança deveu-se à reavaliação de Kissinger que foi pressionada por uma tripla ação combinada: a persistência de Carlucci, a influência dos aliados na Europa Ocidental e a emergência coordenada de forças político militares em Portugal. A quinta fase

[3] Ibidem, p.394.
[4] Ibidem. p.395-397.

surge após o 25 de novembro de 1975, em que com o esmagamento da insurreição radical e o encerramento da fase revolucionária, se abriu um período de estabilização democrática com amplo patrocínio por parte da administração Ford ao novo regime democrático, em dois âmbitos fundamentais, auxílio económico e apoio militar[5].

Face a este complexo quadro interpretativo, e com o intuito de aprofundar a compreensão das motivações ideológicas que orientaram a ação de Washington face ao iminente perigo de infiltração comunista no flanco atlântico e no processo de descolonização define-se a seguinte questão de investigação: De que forma os receios ideológicos face ao avanço comunista, as perceções dos serviços de inteligência e os interesses geoestratégicos dos Estados Unidos influenciaram a evolução da política externa norte-americana face ao processo revolucionário português entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975?

De modo a alcançar uma resposta empiricamente sustentada, sistemática e cientificamente rigorosa à questão enunciada, a presente dissertação irá guiar-se através de um objetivo geral e de um conjunto de objetivos específicos. O objetivo geral centra-se na análise crítica do papel desempenhado pelos EUA no processo de transição democrática português, avaliando a evolução do seu "olhar" político e a gradual implementação das suas estratégias secretas e diplomáticas de contenção no quadro internacional da Guerra Fria. De forma a atingir este objetivo são estabelecidos cinco objetivos específicos, o primeiro pretende desconstruir a tese do "esperar para ver" ao investigar as origens da surpresa inicial de Washington após o 25 de abril, avaliando as causas e consequências da paralisia interna norte-americana. Seguidamente avaliar-se-á o impacto estratégico da descolonização, analisando a leitura norte-americana da queda do império ultramarino português e colocando em perspetiva o vazio de poder gerado por esta, bem como a urgência da autodeterminação destes povos como pilares centrais na contenção da influência soviética em África. O terceiro objetivo específico tem por objetivo analisar o crescente pessimismo no Departamento de Estado que se intensifica no pós-28 de setembro com o embate de António de Spínola com o MFA e a consequente viragem à esquerda. Após a insurreição do 11 de março de 1975 a diplomacia norte-americana depara-se com o embate conceptual entre a "Teoria da Vacina" e o "Apoio aos Moderados", pelo que o quarto objetivo pretende avaliar as consequências deste choque analítico entre Kissinger e Carlucci. Por último interpretar-se-á o choque de legitimidades e a vitória dos moderados assim como a estabilização final, explicando os fatores que levaram à viragem estratégica norte-americana com as eleições de 1975, bem como a superação da crise do 25 de novembro que

[5] Ibidem, p. 398-400.

trouxe consigo a decisão de ajuda económica e militar por parte dos Estados Unidos, fator decisivo para a estabilização democrática efetiva.

A historiografia relativa ao período final do Estado Novo é à Revolução possui um elevado aprofundamento na literatura nacional e internacional. De modo a contextualizar a ação militar e as causas do 25 de abril, assume-se a tese principal de que a Guerra Colonial foi o motivo essencial que levou ao início da contestação, ideia esta defendida por David Martelo que afirma que a rutura assentou fundamentalmente no esgotamento provocado pelo conflito armado em África. Paralelamente, António José Telo enfatiza o facto de o regime estar já esgotado e por isso capaz de gerar sustentabilidade, desabando quando a estrutura de suporte militar colapsou. O fenómeno social que sucede à Revolução, acrescentando ao pronunciamento militar a dinâmica revolucionária com base no pronunciamento civil, é exaustivamente analisado pelos contributos de Maria Inácia Rezola e Fernando Rosas, que enfatizam o papel do MFA ao cruzar o descontentamento militar com as aspirações há muito silenciadas das massas populares[6].

Carlos Jalali constitui um referencial indispensável quanto ao enquadramento político-partidário que ocupou o vazio de poder pós-ditadura. A sua investigação assenta no estudo das assimetrias na formação partidária pós 1974. Enquanto o PCP aproveitou a sua vasta experiência e estrutura criada na clandestinidade para se institucionalizar nos aparelhos de Estado, o PS apresentou-se inicialmente como um partido de quadros exilados, fundamentalmente sustentado pelo carisma do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares. Jalali expõe ainda a vulnerabilidade do espaço de centro-direita face ao enviesamento ideológico da revolução, afirmando que formações emergentes como é o caso do PPD e, mais tarde, do CDS, se viram obrigadas a sobreviver a um clima adverso e adaptar a sua ação, de modo a lutar pela sua legitimidade democrática contra as pressões da extrema-esquerda[7].

Quanto à política externa e ao "olhar" internacional, a inserção de Portugal no sistema bipolar ocidental encontra-se exaustivamente analisada por Kenneth Maxwell, que investiga o papel indispensável dos Açores e da cooperação militar nas tensões que sustentaram a retórica portuguesa durante o período da Guerra Fria. A surpresa internacional provocada pela Revolução de abril é também analisada por Victor Gavín que expõe a cegueira diplomática da administração Nixon face ao evento. Quanto às derivas ideológicas no seio dos militares

[6] REZOLA, Maria Inácia e ROSAS, Fernando. *Revolução Portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2022.
[7] JALALI, Carlos. *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*. Imprensa de Ciências Sociais. 2007.

revolucionários, Tiago Moreira de Sá fornece através do seu trabalho uma ferramenta fundamental para compreender a divisão do MFA nas suas várias vertentes, mapeando a possível ameaça que o alinhamento de Lisboa com Moscovo representava para os Estados Unidos.

Esta perspetiva insere-se num quadro ainda mais amplo que, ao longo dos últimos anos, tem procurado superar uma leitura exclusivamente interna do 25 de abril ao integrar a sua dimensão multilateral e internacional na historiografia[8]. Neste contexto destacam-se os Estudos de Ana Mónica Fonseca que apresentam o papel da República Federal da Alemanha e evidenciam o apoio político à consolidação da democracia portuguesa[9]. Pedro Aires Oliveira, complementarmente, analisa a perspetiva diplomática britânica face ao período final do Estado Novo, à Revolução e à descolonização, salientando a importância atribuída por Londres à evolução política portuguesa[10]

A inserção portuguesa no contexto europeu é igualmente aprofundada por José Medeiros Ferreira, cujos estudos analisam o percurso da política externa portuguesa, desde a integração europeia até à redefinição das relações internacional pós-revolução[11]. Os estudos mais recentes da perspetiva ibérica examinam de que modo a imprensa espanhola acompanhou o processo revolucionário português, demonstrando a influência recíproca entre o 25 de abril e a transição democrática espanhola[12]. Por outro lado, Thiago Carvalho alarga a análise ao espaço atlântico ao analisar as transformações nas relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil após a mudança de regime e do processo de descolonização[13]

A presente dissertação pretende assim preencher lacunas existentes ao cruzar as bases da historiografia referente ao período com as faces diplomáticas expostas pelos documentos norte-americanos. A inovação deste estudo reside na reconstrução minuciosa das "lentes" através das quais a administração norte-americana observava o colapso do império português e o perigo de desestabilização da NATO, avaliando de que modo a perspetiva dos EUA, pautada

---

[8] DEL PERO, Mario. A European Solution for a European Crisis: The international Implications of Portugal's Revolution. *Journal of European Integration History. 2009*, vol.15, nº1.
[9] FONSECA, Ana Mónica. O apoio da social-democracia alemã à democratização portuguesa (1974-1975*). Ler História*. 2012, nº 63.
[10] OLIVEIRA, Pedro Aires. *Os despojos da aliança: A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975.* Lisboa: Tinta da China, 2007.
[11] FERREIRA, José Medeiros. *Não há mapa cor-de-rosa: A história (mal)dita da integração europeia*. Lisboa: Edições 70. 2014.
[12] LUÍS, Rita. *A Revolução a que se pode ir de carro: Portugal, Espanha e os media (1974-1975).* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2024.
[13] CARVALHO, Thiago. Transição e descolonização. As relações entre Portugal e o Brasil (1974-1976). *Ler História*. 2012, nº 63.

pela ordem da contenção da Guerra Fria, influenciou o desfecho da transição política em Portugal.

Sendo esta uma dissertação que se enquadra na história contemporânea das relações internacionais, optou-se por uma metodologia qualitativa baseada na pesquisa, análise, triangulação e principalmente hermenêutica de fontes primárias históricas produzidas pelas organizações estatais, governamentais e diplomáticas dos Estados Unidos da América. O corpus documental deste estudo foca-se na extensa produção de informação secreta e diplomática que marcaram a comunicação entre Lisboa e Washington entre abril de 1974 e o final de 1975. Entre eles destacam-se os relatórios frequentes de inteligência elaborados pela *Central Intelligence Agency*, documentos que fornecem análises detalhadas sobre a avaliação de riscos, as dificuldades económicas causadas pela guerra colonial, os perigos da insurreição da esquerda radical, entre outros temas. Complementarmente e de modo a contrastar o distanciamento analítico da CIA com o pragmatismo da ação política, esta investigação debruça-se também sobre o vasto conjunto de telegramas emitidos pela Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa visto que estes registos representam a avaliação do corpo diplomático presente no terreno. Por fim, para analisar a perceção e decisões diretamente ligadas ao Departamento de Estado recorre-se a registos divulgados pelos *Kissinger Cables*, e, principalmente, às compilações do *Foreign Relations of the United States*, estes relatórios e telegramas focam-se nas conversações bilaterais presidenciais durante as administrações Nixon e Ford, sendo essenciais para analisar o pensamento da política externa americana, e é através destas fontes que se comprovam vários dos seus receios[14].

Com base nos objetivos propostos e com a intenção de construir uma narrativa lógica que cruza os acontecimentos revolucionários com as nuances estratégicas dos Estados Unidos, a presente dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos seguidos de uma conclusão. No capítulo um, correspondente à contextualização histórica, procura-se estabelecer as linhas fundamentais que justificaram o alinhamento de Portugal no quadro global do pós-guerra, incidindo na perspicácia diplomática do Estado Novo, que alcançou a sua aceitação na NATO através da cedência da Base das Lajes. Mapeiam-se ainda os fatores que levaram à eclosão do regime e por fim, o contexto internacional. No segundo capítulo, referente ao 25 de abril e às semanas que se sucedem, analisa-se a reação imediata de Washington face à rutura e dos acontecimentos que esta despertou na sociedade civil como, por exemplo, o 1 de maio de 1974.

[14] UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of United States, 1973-1976*, vol. E-15, Western Europe, part 2. Washington, DC: Government Printing Office, 2014.

No capítulo três, referente ao processo de descolonização, analisa-se o dilema americano que oscilava entre observar a descolonização como um passo inevitável da revolução, mas que, simultaneamente, representava um perigo face às expansões ideológicas da Guerra Fria. O quarto capítulo, referente a conflitos, cenários e partidos políticos, foca-se em vários aspetos, dentro dos quais, a figura de Spínola bem como a esperança projetada neste pelos interesses norte-americanos, a sua "rendição" face ao MFA que se materializaria no colapso do 28 de setembro. A segunda parte do capítulo dedica-se a uma rigorosa análise do sistema partidário do ponto de vista norte-americano. O quinto e último capítulo, que aborda os principais acontecimentos do ano de 1975, intitulado "O ano de todos os perigos", foca-se no ataque do 11 de março e a subsequente instabilidade social e política, que originaria a "teoria da vacina". Para além disso aborda-se o choque de legitimidades pós-eleitoral que abriria o período do Verão quente e viria a culminar no 25 de novembro de 1975 que, por sua vez, e que inauguraria a fase de estabilização democrática e a definitiva consolidação portuguesa no espaço democrático europeu.

Concluído o enquadramento introdutório e metodológico, encontram-se traçadas as linhas para o desenvolvimento da presente investigação. Os capítulos que se sucedem focar-se-ão na interpretação da complexidade, nuances e hesitações do "olhar americano" face ao inesperado processo revolucionário português que subitamente ameaçou reconfigurar os frágeis equilíbrios da Guerra Fria e redefinir o futuro político da Europa do Sul.

CAPÍTULO 1

Contextualização Histórica

1.1. O Estado Novo perante a ordem bipolar

O final da Segunda Guerra Mundial representou bem mais do que o desfecho de um conflito bélico de escala global, marcando o início de uma profunda reconfiguração da ordem internacional, com a emergência de uma estrutura bipolar de poder. Após a derrota dos regimes fascistas europeus, o sistema internacional dividiu-se em torno de dois grandes polos estratégicos e ideológicos, os Estados Unidos e a União Soviética, cuja disputa viria a moldar as dinâmicas políticas internacionais nas décadas seguintes. Neste quadro, a legitimidade dos regimes deixou de assentar apenas na sua legitimidade interna e passou a ser avaliada à luz do seu alinhamento com os valores democráticos liberais ou com o modelo soviético.

Para o regime do Estado Novo, este cenário apresentava desafios claros. Tendo em conta que se tratava de uma ditadura de natureza autoritária, Portugal encontrava-se mais próximo, à partida, dos regimes derrotados do que das democracias emergentes, no entanto, a sobrevivência do regime não partiu da tolerância internacional, mas sim de uma estratégica pragmática que assentou numa leitura cuidadosa da nova geopolítica mundial. Num sistema internacional bipolar organizado por alianças políticas, ideológicas e militares, Portugal teve a capacidade de se posicionar como um aliado de relevância no flanco atlântico, explorando a sua localização geoestratégica e a sua tradição marítima[15]. Esta adaptabilidade à nova distribuição de poder concretizou-se na integração do país no bloco liderado pelos Estados Unidos, o que lhe permitiu contornar as características políticas e ideológicas que poderiam vir a comprometer a sua sobrevivência[16].

O elemento central desta estratégia de inserção internacional foi, evidentemente, o arquipélago dos Açores. Dada a sua localização geográfica, entre a América do Norte e a Europa, tornou-se uma peça estratégica no contexto da Guerra Fria. Segundo Maxwell, as relações entre Portugal e os Estados Unidos adquiriram um "matiz especial" justamente pela importância da base militar dos Açores[17]. A assinatura do acordo bilateral de cooperação militar em 1948, entre Portugal e os Estados Unidos, não constituiu apenas um entendimento técnico entre ambos, mas sim a institucionalização da presença americana em território português, algo

[15] MOREIRA DE SÁ, Tiago. *Política Externa Portuguesa*. Lisboa: FFMS, 2015, p.50.
[16] MOREIRA DE SÁ, Tiago. *Política Externa Portuguesa*. 2015, p.50.
[17] MAXWELL, Kenneth. *Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976). Relações Internacionais*. 2005, nº 08. p.6.

que traria implicações profundas e duradouras[18]. Este acordo desempenhou um papel essencial na longevidade do regime do Estado Novo bem como na manutenção do império colonial português. Face ao valor estratégico da Base das Lajes, os Estados Unidos viram-se obrigados a adotar uma posição cautelosa quanto à questão colonial portuguesa, chegando a moderar a sua retórica anticolonialista em prol dos seus interesses estratégicos[19]. Para Washington, este consentimento representou uma "primeira quebra na posição anticolonialista dominante"[20], e criou um dilema entre os princípios ideológicos e as necessidades geopolíticas que marcaria todo o período da guerra colonial portuguesa.

A entrada como membro fundador em 1949 de Portugal na NATO, permitiu consolidar esta estratégia de legitimação externa, enquanto possibilitou ao Estado Novo adquirir uma respeitabilidade internacional que parecia improvável no pós-guerra[21]. A inserção numa aliança que defendia os valores ocidentais, representou uma forma de reconhecimento indireto que atenuava as críticas da natureza autoritária do regime.

O contexto da Guerra Fria revelou-se, simultaneamente, favorável à narrativa política do Estado Novo. O crescente receio do comunismo, presente não só nos Estados Unidos, mas também na Europa Ocidental, permitiu ao regime português manter o seu discurso anticomunista o que o tornava um aliado confiável e estável num cenário internacional marcado pela incerteza. Se os argumentos anticomunistas, antes de 1947, careciam de peso no plano internacional, com a consolidação da Guerra Fria ganharam legitimidade[22]. Deste modo, Portugal passou a ser percecionado como um elemento essencial, com um papel simbólico e estratégico relevante na Europa ainda em reconstrução.

Esta estratégia de sobrevivência começou a desgastar-se nas últimas décadas do regime do Estado Novo, que, a partir de 1968, com a substituição de Salazar por Marcelo Caetano, ficaram mais evidentes as limitações estruturais do regime perante um sistema internacional que se encontrava em profunda transformação. Apesar de a administração norte-americana, principalmente sob a administração de Nixon, ter mantido uma política de "neutralidade colaborante"[23] face ao regime português, em grande parte para assegurar a manutenção do acordo nos Açores, o isolamento de Portugal tendia a agravar-se progressivamente.

---

[18] MOREIRA DE SÁ, Tiago. *Política Externa Portuguesa*. 2015. p.51.
[19] MAXWEEL, Kenneth. *Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976)*. 2005. p.6.
[20] Ibidem
[21] Ibidem
[22] Ibidem
[23] PINTO COSTA, António. *O Fim do Império Português*. Livros Horizonte. 2001. p.13.

No plano internacional, a pressão das organizações internacionais e o crescente movimento de descolonização, colocou o regime numa posição cada vez mais insustentável, e internamente, as consequências do prolongamento da guerra colonial a nível económico, social e político, agravavam a situação. Apesar de tudo, o Estado Novo insistia na defesa do ideal de um Portugal pluricontinental que perdurava desde 1930, mas que já não encontrava eco na nova realidade internacional.

Neste contexto conclui-se que o país se encontrava profundamente fragilizado na transição para a nova fase do sistema internacional. A política externa portuguesa, excessivamente focada na manutenção de equilíbrios estratégicos e nas relações formais entre governos, demonstrou-se incapaz de absorver as novas dinâmicas emergentes. Ao mesmo tempo podemos notar uma cegueira diplomática, porque os olhares externos para Portugal, pelo prisma global Guerra Fria[24] , focavam tudo nos equilíbrios mundiais e ignoravam as tensões internas do país, o que levaria a um imprevisível, mas inevitável, ponto de rutura que conduziria à queda do regime.

[24] GAVÍN, Víctor. Os Estados Unidos e o 25 de abril de 1974. Relações Internacionais. nº81. 2024. p.21

1.2. A Guerra colonial e o seu impacto estratégico

A compreensão da queda do regime do Estado Novo é inseparável da questão que consumiu toda a energia vital da nação durante treze anos, a Guerra Colonial, que começou como uma reação a levantamentos de cariz nacionalista em Angola e acabou por se transformar num conflito de três frentes, em Angola, Guiné e Moçambique. O regime de Salazar e, posteriormente, de Marcelo Caetano recusou-se a resolver a questão politicamente, já no seio das Forças Armadas a perceção da realidade era muito distinta da propaganda de Lisboa. Como destaca David Martelo, a "motivação primeira e principal do processo que conduziria ao 25 de abril foi a guerra em Angola, Guiné e Moçambique"[25]. Os oficiais observavam diariamente no terreno o contraste entre as ordens de resistência e a realidade de um terreno hostil onde uma vitória militar era improvável e essa desmoralização somava-se ao conhecimento que os oficiais tinham do esgotamento dos meios humanos a que a prolongada guerra conduzira[26], gerando uma barreira impossível de superar entre os capitães e as elites políticas que permaneciam na metrópole.

Diplomaticamente, como já referido, Portugal jogava um jogo de sobrevivência complexo, ao tentar manter o seu império num mundo decidido que o colonialismo era já ultrapassado. As relações com aliados ocidentais, nomeadamente com os Estados Unidos, permitiram ao regime continuar com a sua política ultramarina, no entanto, essa aliança era instável e dependia de quem ocupava a Casa Branca. A administração Kennedy, a partir de 1960, por exemplo, adotou uma política ativista em África[27], chegando mesmo a ensaiar uma "pressão ativa para a descolonização de Angola"[28]. No entanto, Salazar fez uso do seu maior trunfo, o valor estratégico dos Açores para os Estados Unidos, forçando Washington a uma cedência moral, representando uma quebra na posição anticolonialista americana[29], este foi um dos fatores que permitiu a longevidade do império africano português[30], levando o regime a acreditar que poderia resistir à evolução histórica enquanto a sua base fosse vital para os Estados Unidos.

Com a transição de Salazar para Marcelo Caetano, a imagem internacional portuguesa conheceu um período de alívio. Nixon e Kissinger estavam mais preocupados com o equilíbrio da Guerra Fria e com as negociações sobre o futuro da Base das Lajes do que com a

---

[25] MARTELO, David. *25 de abril: do Golpe Militar à Revolução na forma tentada*. Sílabo. 2020. p.17.
[26] Ibidem.
[27] MAXWEEL, Kenneth. *Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976)*. p.6.
[28] PINTO COSTA, António. O Fim do Império Português. p. 13.
[29] MAXWELL, Kenneth. *Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976)*., p.6.
[30] Ibidem.

autodeterminação dos povos africanos[31]. Contudo, este "apoio" externo não passava de uma solução temporária para um problema que a cada dia se encontrava mais deteriorado. O regime estava excessivamente focado nas relações formais entre governos e com os equilíbrios estratégicos, sendo incapaz de perceber o impacto que os movimentos de libertação estavam a causar, não apenas no terreno, mas na sua legitimidade internacional. Era cada vez mais evidente o isolamento de Portugal e a "respeitabilidade" obtida após 1947 através do anticomunismo já não chegava para justificar a manutenção de um império[32].

O golpe intelectual no regime veio de onde menos se contava, da alta hierarquia militar. A publicação de Portugal e o Futuro, em fevereiro de 1974, pelo General António de Spínola, representou um terramoto político, pois não era uma mera proposta, "não era uma tese, e sim um manifesto"[33]. Spínola, admitia publicamente que a solução para o problema colonial não passava pelas armas e sim por uma solução política. A primeira parte do livro teve um efeito devastador na "disposição das Forças Armadas quanto à continuação da defesa do Ultramar"[34]. O debate sobre o futuro dividiu-se em duas visões opostas, num lado a "via democrática", que defendia a autodeterminação gradual através de eleições e de uma Assembleia Constituinte, e, por outro, a "via revolucionária", que exigia a independência imediata dos povos de Angola, Guiné e Moçambique tendo em conta a legitimidade da luta armada dos movimentos de libertação[35].

A rutura no pensamento militar foi o que, por fim, deu o impulso que o movimento dos capitães necessitava, pelo que o 25 de abril não deve ser visto como o evento que causou a descolonização e sim como o "catalisador da descolonização, não a sua causa"[36]. A situação em África encontrava-se num ponto sem retorno, e assim que as notícias do golpe chegaram às frentes de combate o propósito de guerra evaporou-se. Os soldados começaram a "questionar o propósito do golpe, se este não visava pôr fim às guerras"[37], e, sem alternativas moderadas, a iniciativa política nas colónias recaiu sobre os nacionalistas, o que, por si só, acabou por "controlar a própria revolução portuguesa"[38] na metrópole.

---

[31] WESTAD, Odd. *The Global Cold War*. Cambridge University Press. 2007. p.245.
[32] MAXWEEL, Kenneth. *Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976)*. 2005. p.6.
[33] MARTELO, David. *25 de abril: do Golpe Militar à Revolução na forma tentada*. 2020. p.31.
[34] Ibidem.
[35] Ibidem, p. 77.
[36] MACQUEEN, Norrie. *The Decolonization of Portuguese África*. Addison Wesley Longman. 1997. p.212.
[37] Ibidem, p.213.
[38] Ibidem

O abalo causado pelo desmoronamento colonial ultrapassou as fronteiras do império, alterando de forma irreversível os equilíbrios da Guerra Fria. As potências mundiais começaram a questionar de que modo a descolonização poderia ou não alterar os equilíbrios da Guerra Fria no continente africano[39]. Um problema interno de uma ditadura europeia tornou-se num confronto global sobre o futuro de África[40], e, Portugal, incapaz de gerir esta transição de forma ordenada, deixou campo aberto para que a descolonização se tornasse num terreno onde a influência americana e soviética viriam a medir forças, marcando, ainda assim, o fim do último grande império colonial do século XX.

[39] RODRIGUES, Luís. *Brevíssima História da Revolução dos Cravos.* Tinta da China. 2026. p.84.
[40] WESTAD, Odd. *The Global Cold War*. Cambridge University Press. 2007. p.151.

1.3. O 25 de abril: do golpe militar à revolução

O dia 25 de abril marcou com clareza o fim de um ciclo político que parecia inabalável. O que começou como uma operação militar minuciosamente preparada por um grupo de oficiais tornou-se, em pouquíssimas horas, num dos eventos mais singulares da história contemporânea portuguesa, e europeia. O fim do Estado Novo não foi uma mera substituição de governo, mas sim o desmoronar de uma estrutura de poder vigente há quase meio século que se demonstrou capaz de resistir à mudança. Como observa António José Telo, "o regime de 48 anos ruiu em menos de 20h, sem derramamento de sangue"[41]. Esta eficácia demonstrou que, apesar da longa duração, o regime de Marcelo Caetano não tinha sustento interno, o que fez com que se quebrasse quando os tanques chegaram a Lisboa.

A natureza deste movimento, foi, desde os primeiros momentos, objeto de debate. Não se tratava de um mero golpe de Estado clássico com o objetivo de instaurar uma nova junta militar autoritária e sim de uma intervenção com características muito próprias, sendo que, para os seus protagonistas representava o resgate do país. Telo defende que o 25 de abril é um movimento patriótico das Forças Armadas ou um movimento militar de salvação nacional[42]. A eficácia da operação deveu-se a um planeamento rigoroso, "todo o movimento é planeado para explorar a rapidez, a surpresa e o efeito psicológico"[43], permitindo paralisar as forças fiéis ao regime sem necessidade de confrontos diretos.

A transição para revolução social após o golpe militar foi quase instantânea, em oposição a outros levantamentos militares na história portuguesa, os oficiais abdicaram do controlo absoluto em prol da liberdade civil. David Martelo afirma que "a circunstância de o MFA não ter optado pela adoção de um período temporário de Ditadura – como era historicamente usual nos pronunciamentos militares -, proclamando imediata e generosamente o exemplar respeito pela Liberdade, fez com que não demorasse senão umas horas a eclosão da revolução"[44]. Esta revolução, que começou por se apresentar "à civil", mas que rapidamente procurou apoio nos quartéis[45], mudou o destino de milhões de pessoas. Maria Inácia Rezola partilha da mesma visão, ao afirmar que, com o fim da ditadura "o rumo da história nacional muda decisivamente" e as vidas dos portugueses estavam "prestes a alterar-se de forma radical"[46]. Fernando Rosas reforça esta ideia ao notar que o 25 de abril foi um "movimento militar dos oficiais subalternos, os que fazem a guerra no terreno" que teve a capacidade de "interpretar e operacionalizar política e militarmente o descontentamento popular", para além disto, a vitória da conspiração militar teve uma importância enorme e duradoura, justamente porque o golpe inicial se transformou num "processo revolucionário de massas"[47]. A transição é hoje vista com consenso

[41] TELO JOSÉ, António. *História Contemporânea de Portugal*. 2007. Vol. I. Editorial Presença. p.27.
[42] Ibidem, p.32.
[43] Ibidem, p.31.
[44] MARTELO, David. *25 de abril: do Golpe Militar à Revolução na forma tentada*. 2020. p.111.
[45] Ibidem.
[46] REZOLA, Maria. *25 de abril – Mitos de uma Revolução*. 2008. A Esfera dos Livros. p.17.
[47] ROSAS, Fernando. "Do Golpe Militar à Revolução". In: ROSAS, Fernando (coord.) *Revolução Portuguesa 1974-1975*. 2022. Lisboa: Tinta da China, p. 39.

historiográfico. Segundo Rezola o debate sobre a natureza deste evento está "de certa forma, superado", sendo consensual que se tratou de um golpe que "o povo nas ruas transformou em revolução"[48]. Este fenómeno de adesão popular é capaz de explicar como num breve espaço de tempo o golpe militar dá lugar à Revolução portuguesa de 1974-1975[49].

A repercussão deste movimento não se limitou às fronteiras do país, num mundo dividido pela lógica da Guerra Fria. Esta mudança política em Portugal, que era uma potência colonial e membro fundador da NATO, tornou-se num fator de instabilidade estratégica, Rezola corrobora esta ideia, ao afirmar que "o impacto desta intervenção transcende as fronteiras nacionais, num mundo dividido pela Guerra Fria"[50]. Para além disso, Maxwell afirma que a revolução portuguesa se assemelhou mais às convulsões europeias de 1820 e 1848 do que às grandes revoluções de 1789 ou 1917, principalmente pelo seu carácter inesperado[51].

Internacionalmente, o 25 de abril ocorreu num momento internacional único[52]. A URSS estava focada na expansão da sua esfera em África, apesar de manter o entendimento na Europa e os EUA viviam um período de paralisia interna[53]. Washington foi apanhado completamente desprevenido pela revolução de Lisboa. Víctor Gavín cita uma observação reveladora para compreender esta falha diplomática, "Quando a revolução ocorreu em Portugal, os Estados Unidos tinham saído para almoçar; ficámos completamente surpreendidos"[54]. Esta cegueira diplomática deveu-se principalmente ao facto de Washington estabelecer relação de forma quase exclusiva entre governos, o que impediu a perceção imediata de um movimento que surge à margem dos círculos de governo[55]. Para além disso, a própria CIA em Lisboa era demasiado pequena e dependente dos serviços oficiais portugueses para conseguir captar informações reveladoras, e relevantes, antes do golpe[56].

Nos meses seguintes, a indefinição do futuro político de Portugal passou a ser uma das grandes preocupações americanas. O MFA não tinha uma linha de atuação clara, sobretudo a nível externo, o que originou um confronto de correntes internas. Tiago Moreira de Sá afirma que "surgiram pelo menos três correntes de pensamento diferenciado nesta matéria: o spinolista, o melo antunista e o gonçalvista", e as escolhas variavam entre "reforçar o papel de Portugal como potência ocidental e da NATO" e o

---

[48] REZOLA, Maria Inácia. "Definindo o Poder Político Militar (do 25 de abril ao 11 de março)". In. ROSAS, Fernando (coord.). *Revolução Portuguesa 1974-1975*. 2022. Lisboa: Tinta da China. p.50, *apud* OLIVEIRA (1993) e CORREIA (1994)

[49] ROSAS, Fernando. "Do Golpe Militar à Revolução". In: ROSAS, Fernando (coord.) *Revolução Portuguesa 1974-1975*. 2022. Lisboa: Tinta da China, p. 41.

[50] REZOLA, Maria. *25 de abril – Mitos de uma Revolução*. 2008. A Esfera dos Livros. p.17.

[51] MAXWELL, Kenneth. *The Making of Portuguese Democracy*. 1995. Cambridge University Press. p.1.

[52] TELO JOSÉ, António. *História Contemporânea de Portugal*. 2008. Vol. II. Editorial Presença. p.151.

[53] Ibidem.

[54] GAVÍN, Víctor. *Os Estados Unidos e o 25 de abril de 1974*. Relações Internacionais. nº81. 2024. p.13. *apud* MEYER, Cord.

[55] Ibidem, p. 14.

[56] ANDREW, Christopher. *For the President's Eyes Only*. 1995. Harper Collins Publishers. p.393.

"alinhamento com a URSS"[57]. Esta indefinição poderia colocar em causa não apenas a base dos Açores, mas todo um equilíbrio de forças no Atlântico e no continente africano[58].

Conclui-se que o 25 de abril não foi uma mera queda de regime e sim o despoletar de um processo revolucionário que levou as grandes potências a reavaliarem as suas posições no contexto de Guerra Fria. O inesperado fim de ditadura mergulhou o país numa turbulência política que apanhou o Ocidente de surpresa[59] e influenciou um novo processo de aprendizagem diplomática face à nova realidade portuguesa.

[57] MOREIRA DE SÁ, Tiago. *Política Externa Portuguesa*. Lisboa: FFMS, 2015, p.55.
[58] RODRIGUES, Luís. *Brevíssima História da Revolução dos Cravos.* Tinta da China. 2026. p.84.
[59] KROTZ, Ulrich. *Et al*. *Europe's Cold War Relations: The EC Towards a Global Role*. 2020. Londres: Bloomsbury Publishing. p.191.

1.4. A luta pelo poder e o contexto internacional

A compreensão do processo revolucionário português necessita de um olhar que transcenda as fronteiras nacionais, tendo em conta que os eventos em Lisboa influenciavam as tensões geopolíticas internacionais. Portugal era bem mais do que uma ditadura europeia em queda, sendo um membro fundador da NATO, uma potência colonial e, principalmente, um ponto estratégico essencial no Atlântico. Para além disso ocorre num momento histórico intenso, que coincide com a transição da segunda para a terceira fase da Guerra Fria[60]. A reação internacional foi condicionada por esta questão, assumindo-se que se o 25 de Abril tivesse surgido uns anos antes, a atitude das superpotências e dos europeus teria sido completamente diferente[61]. Durante o período inicial do processo revolucionário português, que foi do 25 de abril de 1974 a julho/setembro, as relações portuguesas atravessaram fases críticas, sobretudo no que toca à sua preocupação central, as grandes opções de descolonização[62]. A nível internacional, a queda do regime foi recebida com surpresa e paralisia, especialmente nos EUA. Apesar de Washington estar ciente da situação crítica do regime, detinha uma "informação muito insuficiente acerca dos seus propósitos e, sobretudo, dos seus protagonistas"[63].

A situação interna norte-americana em 1974 contribuiu significativamente para esta distração inicial, a nação estava a enfrentar o trauma pós-Vietname e graves problemas estratégicos no Irão, o que, em certa medida, "impedia qualquer intervenção militar da administração no exterior"[64]. A administração Nixon, para além disso, estava "ferida de morte pelo escândalo Watergate"[65] pelo que não podia dedicar muita atenção aos problemas externos. A esta conjuntura acrescia ainda o impacto da crise chilena de 1973. A reação de Kissinger aos acontecimentos de Lisboa foi "muito semelhante à sua reação à eleição de Salvador Allende no Chile"[66], demonstrando a tendência norte-americana para interpretar a evolução política portuguesa à luz de experiências anteriores. É neste contexto que Richard Nixon não deu grande importância à visão catastrófica do general Spínola, pelo que se limitou a ouvi-lo com um "sorriso de simpatia, mas sem energia, margem de manobra, meios ou disposição para qualquer

---

[60] TELO JOSÉ, António. *História Contemporânea de Portugal*. 2008. Vol. II. Editorial Presença. p.147
[61] Ibidem, p.151.
[62] Ibidem, p.147.
[63] MOREIRA DE SÁ, Tiago. *A Revolução portuguesa nos arquivos norte-americanos, o ano de 1974*. Relações Internacionais nº 13. 2007. p.137.
[64] TELO JOSÉ, António. *História Contemporânea de Portugal*. 2008. Vol. II. Editorial Presença. p.193.
[65] Ibidem
[66] MAXWELL, Kenneth. *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge University Press. 1995. p.78.

coisa mais concreta"[67]. Estamos perante uma ironia profunda, precisamente quando os portugueses admitiam finalmente que a descolonização era inevitável, os Estados Unidos recebiam o regime de Spínola com grande cautela[68].

No entanto, esta postura de distanciamento e desinteresse viria a mudar drasticamente após os acontecimentos de 28 de setembro de 1974. A derrota política de Spínola e o reforço da influência dos setores mais à esquerda do Movimento das Forças Armadas foram interpretados em Washington como um "precedente perigoso", acentuando o receio de que Portugal pudesse vir a servir de modelo para a participação comunista no poder em outros países, como a Itália, França, Grécia ou Espanha[69]. A partir deste momento, que despoletou uma primeira mudança no comportamento americano[70], Portugal passou a ser visto como uma "peça oscilante de um novo 'dominó' vermelho em pleno flanco sul da NATO"[71]. Henry Kissinger passou a dominar a ação americana com uma visão pessimista, defendendo até que o país tinha sido supostamente "perdido para o comunismo" e que era essencial isolá-lo[72].

Este pânico era alimentado pela ideologia dominante em Washington em que tudo era analisado pela questão global da Guerra Fria, ignorando, muitas vezes, as dinâmicas sociais internas. O receio de Kissinger residia na participação do PCP no governo, que segundo ele poderia resultar num "golpe semelhante ao que teve lugar em Praga em 1948[73]. A principal preocupação era evitar o envolvimento soviético na descolonização e impossibilitar a criação de um "Portugal neutralista que pudesse dividir a NATO e servir de polo de atração para outros europeus descontentes"[74], no entanto, na prática, os EUA tinham consciência de que os Açores e a Madeira provavelmente não aceitariam um regime comunista pelo que consideravam que a zona estrategicamente mais relevante para estes estava salvaguardada[75]. Entretanto, instalou-se um debate intenso dentro da própria administração norte-americana. Por um lado, Kissinger representava o pessimismo, e, por outro, a Embaixada americana em Lisboa mantinha o

[67] Ibidem
[68] MAXWEEL, Kenneth. *Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976)*. Relações Internacionais nº 8. 2005. p.7.
[69] MOREIRA DE SÁ, Tiago. Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa (1974-1976).2009. ID-MNE. p.150-151.
[70] Ibidem, p.139.
[71] Ibidem, p.151.
[72] KROTZ, Ulrich; PATEL, Kiran Klaus e ROMERO, Federico. Europe's Cold War Relations: The EC Towards a Global Role. 2020. Londres: Bloomsbury Publishing. p.191.
[73] GAVÍN, Víctor. Os Estados Unidos e o 25 de abril de 1974. Relações Internacionais. nº81. 2024. p.21
[74] WESTAD, Odd. *The Global Cold War*. Cambridge University Press. 2007. p.245.
[75] TELO JOSÉ, António. *História Contemporânea de Portugal*. 2008. Vol. II. Editorial Presença. p.195-196.

otimismo ao considerar que Portugal não estava perdido e que podia ser aguentado desde que se apoiassem as forças democráticas[76], estas visões, apesar de parecerem opostas eram essencialmente complementares.

Kissinger atuava sob apertada vigilância do Congresso, o que lhe retirava os meios tradicionais de ação[77], mas acabou por levar em conta as recomendações de Carlucci e apoiar discretamente as forças democráticas e não pressionar as independências insulares[78], questões estas que eram essenciais para o futuro das relações. A estratégia americana estava então dependente do modo como Lisboa lidava com o problema do comunismo[79]. Kissinger manifestou atitudes de "nervosismo e pouco aconselháveis"[80], mas os Estados Unidos acabaram por perceber que o melhor caminho seria conceder apoio ao Partido Socialista, visto que se encontravam "petrificados, ou melhor, em pânico"[81] quanto à participação comunista no governo português, e não concederam apoio imediato a Spínola, até ser demasiado tarde.

Os aliados europeus desempenharam um papel fundamental neste processo, contrariando, muitas vezes, o pessimismo americano. A República Federal da Alemanha e o Reino Unido exerceram uma função mediadora, expondo um desprendimento inicial de Washington que se manifestava no "relativo desinteresse" diplomático[82]. Estes aliados incentivaram a administração americana a reconhecer em Mário Soares e no PS a capacidade de evitar uma deriva totalitária[83], sendo que para estes o 25 de abril representava o motor do "último grande processo de descolonização do século XX" e que "deixou marcas não só no país, mas também na Europa"[84].

A integração europeia consolidou-se como o mecanismo para disseminar e garantir a democracia e evitar desenvolvimentos políticos que pudessem prejudicar o Ocidente durante a Guerra Fria[85]. A perceção internacional do 25 de abril de 1974 evoluiu de um desinteresse

---

[76] Ibidem, p. 193.
[77] Ibidem, p. 195.
[78] Ibidem.
[79] MOREIRA DE SÁ, Tiago. *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa (1974-1976).*2009. ID-MNE. p.152.
[80] TELO JOSÉ, António. *História Contemporânea de Portugal*. 2008. Vol. II. Editorial Presença. p.195
[81] MAXWEEL, Kenneth. *Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976)*. Relações Internacionais nº 8. 2005. p.7.
[82] CASTAÑO, David. *The 25 April as seen from abroad*. Relações Internacionais, Special Issue. 2024. p. 6.
[83] Ibidem.
[84] Ibidem, p. 4.
[85] KROTZ, Ulrich; PATEL, Kiran Klaus e ROMERO, Federico. Europe's Cold War Relations: The EC Towards a Global Role. 2020. Londres: Bloomsbury Publishing. p. 22.

inicial para um longo processo de aprendizagem[86] estimulado tanto pela pressão internacional como pela evolução do processo no terreno.

[86] CASTAÑO, David. *The 25 April as seen from abroad*. Relações Internacionais, Special Issue. 2024. p. 6.

CAPÍTULO 2

O 25 de abril e as semanas seguintes

2.1. A perceção americana do golpe

As primeiras comunicações efetuadas pela Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa após o golpe militar de 25 de abril de 1974 apresentam uma reação dominada pela perplexidade bem como por uma elevada prudência, acima da compreensão do alcance político e social do movimento militar. No telegrama enviado na manhã do dia 25 de abril intitulado "Distúrbios em Portugal"[87], o embaixador norte-americano informava que não existia "qualquer nota que sugira perigo para as vidas ou propriedades dos americanos", aconselhando aos turistas a permanência nos hotéis até que a situação fosse clarificada. Esta prudência na linguagem, expectável de uma avaliação em tempo real, expõe que a insurreição não fora de modo algum antecipada pelos serviços de informação, e muito menos tida como provável num país como Portugal.

Portugal fora, durante décadas, aliado dos Estados Unidos na frente atlântica e, tanto a sua adesão à NATO desde 1949 como a base das Lajes, nos Açores, asseguravam um valor geoestratégico. A estabilidade proveniente do regime autoritário de Salazar, e, mais tarde de Marcelo Caetano era vista pelos Estados Unidos como um preço a aceitar pela manutenção da segurança atlântica. Neste sentido, tanto a CIA como o Departamento de Estado desenvolveram uma leitura instrumental da política portuguesa, em que um Estado autoritário, mas útil era preferível face a qualquer convulsão política interna.

Nos relatórios da CIA elaborados nos dias seguintes à revolução é possível observar um esforço imediato para interpretar o golpe dentro dos moldes da estabilidade atlântica e da Guerra Fria. O relatório datado de 26 de abril de 1974, elaborado pelo Office of the Director of Central Intelligence já revelava essa prudência, afirmando que "É demasiado cedo para uma avaliação confiante sobre o quão depressa o novo regime avançará nestas direções"[88]. Esta análise cautelosa reflete a perceção de que a revolução representava um processo que ainda se encontrava em aberto e cuja direção dependia, por um lado, da capacidade de liderança dos militares e, por outro, da reação dos civis e das potências internacionais.

[87] ABRILABRIL. "Distúrbios em Portugal". 25 de abril de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024. Disponível em: https://www.abrilabril.pt/telegramas

[88] Central Intelligence Agency, Portugal. 26 de abril de 1974, p.4.

Esta cautela mantém-se no relatório "Coup in Portugal"[89], enviado por Henry Kissinger ao Presidente Nixon a 29 de abril em que o acontecimento é descrito como "um golpe praticamente sem derramamento de sangue que derrubou o governo do Presidente Thomaz e do Primeiro-Ministro Caetano"[90]. A narrativa norte-americana dá ênfase ao carácter disciplinado e eficiente da operação militar ao afirmar que os insurgentes "tomaram o governo de surpresa"[91] e que as forças leais ao antigo regime ofereceram apenas "resistência simbólica"[92].

A análise inicial foi marcada por uma dupla perspetiva: por um lado a incerteza política que se seguia e a inquietação quanto ao vazio de poder, e, por outro, a admirada eficácia do Movimento das Forças Armadas. A CIA nota que os líderes da insurreição eram "virtualmente desconhecidos"[93], apesar de "quase certamente oficiais de nível médio devotos ao General António de Spínola"[94]. Esta leitura, tanto cautelosa quanto especulativa demonstra como Washington procurava reconhecer uma figura de autoridade, preferencialmente moderada, que pudesse dar estabilidade ao país bem como preservar os interesses no mundo ocidental.

O golpe é ainda identificado como sendo "soberbamente organizado e bem liderado"[95], observação que reflete o reconhecimento da competência militar do MFA. Esta análise é relevante por demonstrar nas primeiras horas do golpe que os Estados Unidos não viram o 25 de abril como uma ameaça direta à sua segurança estratégica, mas sim como uma mudança controlada, cujas nuances ideológicas ainda estavam por definir. No entanto, o mesmo relatório introduz uma certa prudência e realismo político ao afirmar que "A vitória de Spínola poderá ser o início dos seus problemas"[96]. sintetizando o ceticismo presente na análise americana, que apesar de reconhecer a força simbólica do novo regime, duvida da sua capacidade e da consequente manutenção da estabilidade social. A CIA, implicitamente, prevê que o golpe não solucionaria as causas da crise, a guerra colonial e as divisões dentro das Forças Armadas, e que isso poderia despoletar conflitos sob novas formas políticas.

Outro foco recorrente nas fontes é a interpretação do golpe como uma consequência direta da política africana. A CIA afirma que a crise foi "precipitada pelas divisões sobre as

[89] Central Intelligence Agency. Coup in Portugal. 29 de abril de 1974.
[90] CIA, Coup in Portugal, p.24.
[91] CIA, Coup in Portugal, p.8.
[92] CIA, Coup in Portugal, p.24.
[93] CIA, Coup in Portugal, p.1.
[94] Ibidem.
[95] Ibidem.
[96] CIA, Coup in Portugal, p.9.

políticas africanas de Portugal"[98], ou seja, pela incapacidade do governo de Marcelo Caetano em lidar com a insatisfação militar causada pelas guerras coloniais. A leitura americana não é, neste momento, ideológica, mas sim estratégica, observando o 25 de abril como a consequência de um sistema esgotado, militarmente exausto e economicamente inviável.

A partir de 27 de abril, os telegramas tornam-se mais descritivos, mas igualmente reveladores. No relatório "Golpe em Portugal: Relatório da Situação nº9"[99], a embaixada referencia as pinturas de foices e martelos feitas nas fachadas e monumentos da baixa lisboeta como apelo a ações no 1º de maio. Este registo é factual, porém simbólico, visto que capta a dimensão política do momento revolucionário. O mesmo documento refere outros ataques, dentro dos quais assaltos, vandalismo, o ataque à sede da Legião Portuguesa e, por fim, o número de mortos do dia 25 e 26 de abril que "por agora está nos 6"[100]. Tanto nos telegramas como nos relatórios da CIA é percetível o receio do risco de radicalização, pois o entusiasmo popular poderia ultrapassar os limites do controlo institucional.

A avaliação global das fontes produzidas entre 25 e 29 de abril demonstra, portanto, uma perceção ambígua: por um lado, o golpe é admirado pela sua eficácia e simultaneamente receado pela sua capacidade transformadora. A revolução, referida como "golpe" na maioria dos relatórios, é vista mais como um ajuste militar interno do que como um movimento democrático espontâneo. Para além disso, o memorando de Kissinger afirma que "o golpe não parece ter colocado os interesses dos Estados Unidos em perigo e poderá até trazer benefícios a curto prazo"[101]. Esta frase demonstra o pragmatismo da política externa americana à data em que o essencial era garantir que Portugal se mantivesse estável, previsível e alinhado com o bloco ocidental. À luz da geopolítica, a revolução de abril não é tida como um ato meramente libertador, mas sim como um acontecimento, que, se bem orientado, poderia fortalecer a segurança atlântica.

[98] CIA, Coup in Portugal, p.1.
[99] "Golpe em Portugal: Relatório da Situação nº9". 27 de abril de 1974.. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024.
[100] "Relatório da Situação nº9", p.31.
[101] CIA, Coup in Portugal, p.25.

2.2. O 1º de maio e o entusiasmo popular

O 1º de maio de 1974 representa o primeiro teste de visibilidade pública da Revolução e um momento simbólico naquela que foi a perceção norte-americana dos acontecimentos em Portugal. Os telegramas da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa descrevem o dia, com fascínio e cautela, reconhecendo o carácter inédito das manifestações não descartando o seu potencial desestabilizador.

O telegrama "1º de maio português marcado por manifestações ordeiras e alegres"[102] de 2 de maio, destaca que as comemorações atraíram "muitas centenas de milhar de ruidosos e alegres manifestantes"[103], enfatizando as multidões que se reuniram em Lisboa e afirmando que "virtualmente toda a população de Lisboa participou de alguma forma no evento do 1º de maio"[104]. O tom do documento, apesar de descritivo, não é de todo neutro, uma vez que faz referência à ordem e à "alegria" que revela a surpresa face à ausência de violência num país marcado durante décadas por uma contestação pública rigidamente controlada.

Os telegramas norte-americanos interpretaram este evento como um duplo sinal. Por um lado, as manifestações eram vistas como um reflexo de uma sociedade que rompia com o medo enquanto se libertava de um regime autoritário, e, por outro, entendia o 1º de maio como um potencial criador da radicalização política. É referido explicitamente que os discursos foram tomados por temas socialistas e comunistas através dos símbolos de esquerda, tais como "bandeiras soviéticas"[105] e "foices e martelos"[106]. Estas pequenas observações apesar de serem registadas num tom descritivo, demonstram a preocupação norte-americana face à crescente visibilidade do Partido Comunista Português, cuja presença nas ruas é indicador do novo clima político.

No relatório da situação nº12, são registadas algumas das medidas tomadas pela Junta de Salvação Nacional, entre as quais "a abolição da censura de filmes"[107] e a proclamação do dia 1 de maio como "feriado nacional", decisão esta que, segundo o mesmo documento, vem satisfazer "uma reivindicação de grupos socialistas e comunistas"[108]. Esta exposição demonstra

---

[102] "1º de maio português marcado por manifestações ordeiras e alegres". 2 de maio de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024.
[103] "1º de maio português", p.63-64.
[104] Ibidem.
[105] Ibidem.
[106] "Relatório da Situação nº9", 27 de abril de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024. p.30.
[107] "Relatório da Situação nº12: Últimas decisões do Governo Militar", 1 de maio de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024. p.54
[108] Ibidem.

de que modo os diplomatas americanos observaram a nova política de liberalização cautelosamente, interpretando algumas das suas medidas através de um prisma analítico marcado pela lógica da Guerra Fria, na qual as cedências à esquerda eram frequentemente associadas ao risco ideológico e não à compreensão das mesmas como um processo de democratização.

Apesar disto, os telegramas norte-americanos reconhecem o evento como pacífico, descrevendo as manifestações como ordeiras e disciplinadas e sem confrontos dignos de nota. Isto reforça a imagem de uma revolução civil e controlada, apesar de não eliminar a apreensão norte-americana, uma vez que o entusiasmo popular poderia ser capaz de ultrapassar a autoridade da Junta e abrir espaço para disputas entre diversos projetos políticos, algo que é percebido nesta fase inicial como um fator de incerteza. O 1º de maio é compreendido com ambiguidade, por representar um dia de liberdade exemplar, mas também um alerta para o contexto social efervescente em que se deu a revolução portuguesa. Os relatórios anteriores e posteriores a maio registam o aparente êxito da transição pacifica, mas mantêm um olhar atento sobre a politização das massas e acerca do "abuso da liberdade"[109], expressão que traduz o receio de que a abertura democrática pudesse expandir-se para uma radicalização fora do controlo do novo regime.

No seu conjunto, a análise americana a este evento revela uma perceção muito relevante sobre Portugal: admirar a ordem e, simultaneamente, recear os possíveis excessos do novo clima de liberdade. O entusiasmo português nas ruas é reconhecido como um símbolo da vitalidade democrática, apesar de ser inevitavelmente interpretado à luz da moderação estratégica que limitava neste período a ação política dos Estados Unidos.

[109] Avaliação Preliminar do Golpe Português, 27 de abril de 1974. In. O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024. p.36.

2.3. A incerteza política e as leituras provisórias do novo regime

Os primeiros meses após a Revolução do 25 de abril foram entendidos pelos observadores norte-americanos como um período de vários equilíbrios instáveis. Apesar da inexistência de violência e da rápida consolidação do poder por parte da Junta de Salvação Nacional, os telegramas da embaixada dos Estados Unidos em Portugal e os relatórios de inteligência da CIA revelam uma leitura cautelosa e prudente, quase sempre marcada pela ideia de que a transição portuguesa era ainda imprevisível apesar de promissora.

As primeiras avaliações reconheceram a eficácia da operação conduzida pelo MFA e a rapidez com que o Estado Novo colapsou. No entanto, esse sucesso inicial não era visto como garantia de estabilidade efetiva. Pelo contrário, os analistas norte-americanos consideravam que a consolidação do novo regime dependia da capacidade das novas lideranças para gerir as tensões políticas que viriam a emergir durante o processo revolucionário. Spínola assumia um papel central nesta questão, e apesar de ser visto como a figura com mais capacidade para assegurar uma transição moderada, começavam a surgir dúvidas relativamente à sua capacidade de manter a coesão dentro do MFA e responder às exigências da descolonização. Estes fatores eram identificados por Washington como potenciais focos de instabilidade desde os primeiros dias após a revolução.

Estas incertezas residiam nas próprias Forças Armadas, em que "os militares estavam profundamente divididos"[110]. Este sinal está indissociavelmente ligado ao problema colonial, a instituição militar "poderia tornar-se bode expiatório por desistir em África"[111]. Para os analistas americanos a descolonização surgia, simultaneamente, como algo inevitável, mas que poderia causar uma instabilidade perigosa, militar e politicamente.

A abertura política constituía outro fator de preocupação, com a súbita liberalização sendo descrita como uma "espécie de liberalização instantânea"[112] que gerou uma recomposição política "sob condições e regras por testar"[113]. Os telegramas enviados da embaixada convergem na análise ao notar que a Junta afirmou publicamente que "a liberdade não levará à anarquia"[114]. Para os norte-americanos tais declarações revelavam que o regime

[110] Ibidem, p.14.
[111] Ibidem.
[112] CIA, Portugal after the coup, 8 de maio de 1974, p.3.
[113] Ibidem, p.15.
[114] "A junta reassegura aos portugueses que a liberdade não levará à anarquia", 30 de maio de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024. p.185.

percebia o risco existente no facto de a mobilização popular poder, eventualmente, ultrapassar a sua autoridade.

Os relatórios de inteligência produzidos no início de maio de 1974, salientam que "as forças de esquerda estavam claramente na dianteira"[115] e que as "rivalidades começavam a emergir entre fações da esquerda"[116]. Estes receios estão a par com os encontrados nos telegramas como o do 1º de maio, que denota que o feriado recém-proclamado satisfazia reivindicações "socialistas e comunistas"[117] bem como o facto das manifestações exibirem símbolos marcantes da esquerda. A CIA demonstra a mesma posição afirmando que o "entusiasmo dos trabalhadores" poderia "sair do controlo"[118], interligando o mesmo entusiasmo social à possibilidade de radicalização.

Quanto à economia, os primeiros relatórios, elaborados em maio de 1974, apontam uma relativa normalidade nos primeiros dias. Um dos telegramas expõe que a economia funcionava "de uma forma quase rotineira"[119] e apesar da "agitação laboral libertada pela remoção de um regime repressivo"[120] não se registavam mudanças significativas. Esta relativa normalidade económica reforçava a perceção de que o novo regime, a par do apoio popular, tinha os meios suficientes para manter a estabilidade. No entanto, esta leitura alterou-se progressivamente, nos relatórios da CIA elaborados em setembro de 1974, a estabilidade económica surge já como um fator de crescente preocupação, afirmando-se que Portugal enfrentava "graves problemas económicos"[121] que antecediam ao golpe e que poderiam vir a ser agravados pela instabilidade política. Observa-se ainda que a súbita liberalização social libertou uma "impaciência" nos trabalhadores, cujas reivindicações e entusiasmo poderiam "facilmente sair dos limites"[122], o que poderia pôr em causa a produtividade e a gestão empresarial. Ao contrário dos diplomatas em Lisboa que davam destaque à continuidade dos serviços essenciais à economia, a CIA considerava que o equilíbrio económico estava dependente da capacidade do novo regime em saber controlar a mobilização social, bem como gerir o impacto económico da descolonização, que, se mal conduzido poderia agravar as tensões internas e gerar novos desequilíbrios. Posto isto, os relatórios de inteligência apresentam uma visão menos otimista e mais complexa face

[115] CIA, Portugal after the coup, p.15.
[116] Ibidem.
[117] "Relatório da Situação nº12: Últimas decisões do Governo Militar" 1 de maio de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024. p.55.
[118] CIA, Portugal after the coup, p.18.
[119] "Desenvolvimentos económicos após o golpe", 14 de maio de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024.p.108
[120] Ibidem.
[121] CIA, Current Economic Situation, 24 de setembro de 1974, p.4.
[122] CIA, Portugal after the coup, 8 de maio de 1974, p.18

ao panorama económico, salientando a vulnerabilidade estrutural da economia portuguesa num contexto de transformação acelerado.

Para as fontes norte-americanas os maiores desafios do pós-25 de abril residiam na combinação entre o entusiasmo popular e a fragilidade institucional. A CIA apresenta a liberalização política como "uma planta ainda muito tenra"[123], expressão que demonstra que as perceções dos avanços democráticos, apesar de reais, se encontravam expostos a múltiplos riscos, desde a competição interna no MFA, ao peso da questão colonial passando pela crescente mobilização social. Neste sentido, tanto os telegramas da embaixada como os relatórios de inteligência apresentam um diagnóstico em comum: a revolução portuguesa detinha um enorme potencial transformador, mas estava rodeada de incertezas que poderiam alterar profundamente o rumo da transição.

[123] Ibidem, p.3.

CAPÍTULO 3

O processo de descolonização

3.1. A descolonização como problema estratégico internacional

No início da década de 1970, a política colonial portuguesa era vista, pelos Estados Unidos e por outros aliados ocidentais, como um problema que ultrapassava o âmbito interno do Estado Novo. A insistência de Portugal em manter os seus territórios africanos ia contra a tendência global de descolonização do pós-Segunda Guerra e colocava Washington numa posição diplomática complexa, principalmente no contexto das relações transatlânticas e das Nações Unidas. A diplomacia norte-americana reconhecia que "A anterior postura de Portugal em relação à descolonização causou problemas aos EUA, no que diz respeito ao apoio americano a Portugal"[124], o que evidencia que a questão colonial ultrapassava nitidamente o âmbito da política interna portuguesa.

A questão colonial esteve presente, desde os primeiros dias após o 25 de abril, na análise norte-americana sobre o futuro político de Portugal. Apesar de o MFA e a Junta de Salvação Nacional terem evitado numa fase inicial declarações definitivas sobre o destino do ultramar, os analistas e diplomatas norte-americanos compreenderam de imediato que a descolonização seria a base da estabilidade, ou instabilidade, do novo regime. Esta leitura resultava não apenas da centralidade das guerras ultramarinas para o Estado Novo, mas também a ligação entre o problema colonial, a economia, as divisões internas nas Forças Armadas e as relações internacionais.

A descolonização era vista como um processo inevitável, apesar de complexo, visto que trazia consigo implicações diretas para o sistema internacional. Para os norte-americanos este processo teria necessariamente de envolver o reconhecimento do princípio da autodeterminação, e implicar mecanismos de legitimação externa. O Departamento de Estado apontava que "esta descolonização implica a livre aceitação do princípio da autodeterminação (...) Portugal está mesmo disposto a aceitar a supervisão internacional deste referendo"[125], o que revela a centralidade atribuída às instâncias internacionais na análise americana acerca do fim do império português.

[124] "Memorandum for the President's File by the President's Assistant (Haig)". 24 de junho de 1974. In United States Department of State, *Foreign Relations of United States, 1973-1976*, vol. E-15, Western Europe, part 2 (Washington, DC: Government Printing Office, 2014), p. 464.
[125] "Memorandum for the President's File by the President's Assistant (Haig)" In. FRUS, vol. E-15, p. 464-465.

Neste contexto, a Guiné-Bissau assumia um papel central, sendo observada como um caso em que a internacionalização da questão colonial era irreversível, tendo obtido já o reconhecimento por diversos Estados, depois da declaração unilateral da independência e antes mesmo do reconhecimento oficial por Portugal, o que demonstrava que a suposta autoridade portuguesa estava já profundamente fragilizada no plano diplomático internacional. Posto isto, as fontes norte-americanas, a 24 de junho de 1974, consideram que "A Guiné-Bissau foi reconhecida por um número considerável de países. Tal reconhecimento, embora careça de uma base legal ou lógica, é, no entanto, um facto e Portugal está disposto a aceitá-lo"[126], o que evidencia que a perceção de manutenção da soberania colonial portuguesa se tinha tornado insustentável politicamente.

Para além da dimensão diplomática, a descolonização era ainda analisada à luz das dinâmicas globais da Guerra Fria em que os territórios africanos eram vistos como locais estratégicos disputados pelas potências, e os movimentos de libertação se inseriam numa estratégica geopolítica ampla, "a assistência que prestam tem sido uma extensão da sua própria rivalidade na procura de apoio por parte dos países do 'terceiro-mundo'"[127], referindo-se explicitamente ao apoio soviético e chinês aos movimentos nacionalistas africanos. Esta análise reforça a ideia de que a descolonização poderia alterar o equilíbrio de forças, no contexto da Guerra Fria, no continente africano.

É neste quadro que surgem também os receios norte-americanos quanto aos riscos da descolonização rápida. Para a CIA, a descolonização apresentava um campo de múltiplas tensões, afirmando que Portugal enfrentava "perigos" significativos no decorrer do processo, entre eles o risco de fraturas militares e de reações políticas imprevisíveis[128]. Uma das questões mais sensíveis era a hierarquia militar, que via a saída de África como uma possível ameaça à sua credibilidade. O relatório observa explicitamente que "o exército poderia tornar-se bode expiatório se os civis decidissem abandonar África"[129], expressão esta que expõe o receio de que a legitimidade do MFA pudesse ser questionada caso a descolonização fosse percebida como repentina. Apesar de reconhecerem a inevitabilidade do fim do império, os decisores em Washington temiam que decisões precipitadas pudessem favorecer forças políticas mais alinhadas com o bloco soviético. Esta posição contrastava com a orientação defendida pelas Nações Unidas, que, através de sucessivas resoluções sobre a autodeterminação e a

[126] Ibidem.
[127] CIA, Portugal after the Coup, 8 de maio 1974, p.23.
[128] CIA, Coup in Portugal, 29 de abril de 1974, p.21.
[129] CIA, Portugal after the coup, 8 de maio de 1974, p.9.

descolonização defendiam a rápida transferência da soberania para os povos coloniais. Um documento diplomático avisava que "uma solução precipitada, ou seja, a de entregar a soberania diretamente aos movimentos de libertação, não só teria um impacto altamente negativo na população interna, como também constituiria uma vitória incontestável para os socialistas e comunistas"[130], o que demonstra a preocupação iminente com as consequências estratégicas de uma saída repentina sem garantias de estabilidade política.

Os telegramas enviados pela embaixada norte-americana corroboram esta perceção de incerteza. Apesar de se focarem principalmente nas transformações políticas internas, salientam que a Junta de Salvação Nacional ainda não tinha definido ações claras quanto ao ultramar. Ao analisar a nova estrutura constitucional provisória, promulgada em 14 de maio de 1974, o embaixador sublinha que o documento afirmava "o poder firmemente institucionalizado nos militares"[131], mas que não apresentava uma orientação concreta quanto às colónias, deixando claro que a política ultramarina se encontrava em aberto. A CIA corrobora esta visão ao salientar que caso o regime não conseguisse avançar rapidamente num plano de retirada, "a dissidência militar poderia voltar a emergir"[132]. Tanto as fontes diplomáticas como os relatórios de inteligência convergem no que diz respeito ao facto de a questão colonial se constituir como um dos principais eixos da instabilidade na transição.

A política colonial portuguesa tinha simultaneamente repercussões nas relações com os seus aliados europeus. A persistência na manutenção do império africano contribuíra para o isolamento diplomático de Portugal, algo que os analistas norte-americanos reconheciam ao sublinharem que "As políticas africanas de Portugal tornaram-no um pária entre os seus aliados europeus e um alvo de críticas anticolonialistas na comunidade internacional em geral"[133]. Por consequência, a descolonização era vista como uma das condições essenciais para a reaproximação de Portugal à Europa, "As suas perspetivas de estreitar laços com as Comunidades Europeias melhorariam consideravelmente se as suas políticas externas demonstrassem estar a caminhar numa nova direção"[134].

A resolução da questão colonial era um elemento chave para desbloquear as relações transatlânticas, ao ser. afirmado que "Uma mudança de postura de Portugal, abandonando as

[130] "Memorandum for the President's File by the President's Assistant (Haig)" In. FRUS, vol. E-15, p. 465.
[131] "Estabelecida uma nova e temporária estrutura constitucional", 17 de maio de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024. p.139.
[132] CIA, Portugal after the coup, 8 de maio de 1974, p.12.
[133] CIA, Coup in Portugal, 29 de abril e 1974, p.14.
[134] Ibidem.

pretensões coloniais em África e caminhando no sentido de uma maior liberdade política interna, desbloquearia também as relações portuguesas com a Europa e conduziria a laços económicos e políticos progressivamente mais estreitos com os Estados europeus individualmente e com a Comunidade Europeia"[135], o que demonstra que a perceção de que a descolonização não era um problema apenas africano mas um fator relevante da posição internacional de Portugal. O diagnóstico, tanto da embaixada, como da CIA, é claro: a questão colonial não era um problema periférico e sim um ponto central das incertezas do novo regime. A descolonização trazia a Portugal múltiplos desafios, nomeadamente, políticos, militares, económicos, sociais e diplomáticos, que exigiam ação rápida apesar de cuidadosa, uma vez que as suas consequências podiam ser imprevisíveis. Para os analistas norte-americanos esta era uma das principais questões que condicionava a revolução portuguesa, de tal modo, que a viabilidade da transição dependia da capacidade do MFA de gerir um processo que não controlava por completo.

[135] Ibidem, p.8.

3.2. A leitura americana da política colonial portuguesa pós-25 de abril

A revolução de 25 de abril de 1974 foi vista pelos Estados Unidos como um momento de rutura que ultrapassava a esfera política interna portuguesa, e, desde os primeiros dias, a política colonial surgiu como um dos principais temas na leitura americana sobre o regime, sendo observada tanto como uma herança do Estado Novo como o maior desafio da transição. A documentação diplomática e de inteligência demonstra que Washington via a mudança da política ultramarina como inevitável, mas também desestabilizadora tanto para Portugal como para o equilíbrio global.

Esta perspetiva surge explicitamente nos documentos do Departamento de Estado, em que se afirma que "Uma reorientação de Portugal, afastando-se de África e aproximando-se da Europa, poderá ser traumática, embora muitos países africanos e europeus a acolhessem favoravelmente"[136]. Esta ideia sintetiza a dualidade da leitura americana, em que, por um lado, reconhece que a descolonização seria bem interpretada internacionalmente, mas, por outro, receava os efeitos desestabilizadores da mudança profunda e rápida.

Apesar do receio, os Estados Unidos procuram expor o seu apoio político ao novo regime em Portugal, demonstrando que a política colonial dependeria diretamente desse apoio externo, "No âmbito político e diplomático, Portugal necessita de um apoio declarado dos EUA para as suas políticas internas e externas, particularmente na ONU. Atualmente, as políticas portuguesas deveriam ser fáceis de apoiar, tendo em conta a evolução da política de Portugal em relação aos seus territórios ultramarinos"[137]. Na mesma lógica, para os norte-americanos, era crucial a aceitação portuguesa dos fundamentos internacionais, "A pedra basilar desta política é o reconhecimento inequívoco e a adesão aos princípios estabelecidos pela ONU. (...) Portugal está agora pronto para adotar uma posição inequívoca relativamente ao início do processo de descolonização"[138], o que revela que a nova política colonial teria de passar pelo alinhamento com o discurso das Nações Unidas, sobretudo do que tocava à autodeterminação dos povos coloniais.

No contexto da administração Nixon, a documentação revela concretamente o apoio americano, "O Presidente Spínola pode contar com o apoio dos EUA na ONU para as suas

[136] "Memorandum From the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger) to President Nixon". 29 de abril de 1974. In United States Department of State, *Foreign Relations of United States, 1973-1976*, vol. E-15, Western Europe, part 2 (Washington, DC: Government Printing Office, 2014), p. 461.
[137] "Memorandum for the President's File by the President's Assistant (Haig)". 24 de junho de 1974. In United States Department of State, *Foreign Relations of United States, 1973-1976*, vol. E-15, Western Europe, part 2 (Washington, DC: Government Printing Office, 2014), p. 464.
[138] Ibidem.

políticas progressistas em relação a África"[139]. Esta afirmação não traduzia um apoio incondicional à descolonização, mas sim uma transição negociada, gradual e politicamente controlada, compatível com os interesses estratégicos de Washington, de modo a evitar que os movimentos de libertação mais próximos do bloco soviético assumissem o poder. Para além disso, esta afirmação revela a disponibilidade norte-americana para apoiar diplomaticamente a estratégia de Spínola no quadro das Nações Unidas, não significando uma adesão integral às posições defendidas por estes quanto ao processo de descolonização. A chegada do Presidente Gerald Ford à presidência, não alterou substancialmente esta orientação. Numa declaração afirma claramente que "Apoiamos a descolonização e, falando em nome dos Estados Unidos, queremos ajudar, mas o Congresso e eu precisamos de ser convencidos de que esta tendência é irreversível"[140]. Ambas as posições evidenciam os limites do apoio norte-americano a Portugal apesar da mudança presidencial, que era condicionada tanto por fatores externos, como as Nações Unidas, como internos, com o Congresso, em que ambos precisavam de garantir que o processo de descolonização não teria recuos e não colocaria em causa os interesses estratégicos norte-americanos.

A leitura diplomática dos primeiros dias após o golpe deve ser articulada com as avaliações produzidas no terreno. Um telegrama enviado pela Embaixada em Lisboa, a 27 de abril de 1974, afirma que "A Junta de Spínola tomou rapidamente o controlo total de Portugal e está a proceder rapidamente para consolidar o seu poder domesticamente, deixando o problema africano para ser tratado mais tarde"[141]. Esta avaliação demonstra que, num momento inicial, a diplomacia norte-americana percebia a questão colonial como temporariamente secundarizada face à necessidade de estabilização interna.

A CIA, no plano político, expôs desde cedo a incerteza do processo iniciado por Spínola, observando que "O general Spínola e a junta iniciaram um processo cujos fins são mais claros do que os meios pelos quais esperam alcançá-los (...) um acordo em África"[142]. Esta afirmação demonstra a perceção de que existia uma intenção real de mudança, mas que não existiam instrumentos claros e definidos para a resolução política nos territórios africanos. Esta incerteza é ainda reforçada pela avaliação produzida no inícoo de maio de 1974 por um grupo

[139] Ibidem, p.466.
[140] "Memorandum of Conversation". 18 de outubro de 1974. In United States Department of State, *Foreign Relations of United States, 1973-1976*, vol. E-15, Western Europe, part 2 (Washington, DC: Government Printing Office, 2014), p. 484.
[141] "Avaliação Preliminar do Golpe Português", 27 de abril de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024, p.36.
[142] CIA, Portugal after the coup, 8 de maio de 1974, p. 3.

interagências constituído por elementos da CIA, do *Bureau of Intelligence and Research* (INR) e da *Defense Intelligence Agency* (DIA), segundo a qual "Nos territórios africanos, é adotada uma política de rejeição de soluções militares e de atuação através de novos governadores para instituir certas concessões de grande impacto aos negros, enquanto se tenta promover um consenso nacional português sobre a solução final. Como as concessões aos negros gerarão apreensão entre os colonos brancos – pelo menos em Angola e Moçambique – as hipóteses de o regime conseguir manter este equilibro delicado são diminutas. As insurgências provavelmente continuarão."[143], a rejeição da solução militar era vista como insuficiente para garantir a pacificação, pelo menos no imediato, dos territórios africanos.

As análises da CIA reforçam esta leitura ao analisar frequentemente as dimensões da política colonial. Um relatório produzido em setembro de 1974 referente à situação económica afirmava que "O governo apressou-se a resolver os conflitos africanos acreditando que a popularidade de um acordo daria tempo para lidar com outros problemas e libertaria recursos substanciais para o esforço"[144]. A descolonização surge assim representada como um instrumento político que se destinava a ganhar margem de manobra para a resolução de outras questões internas. Esta estratégia estava ligada à procura de apoio externo, "Ao mesmo tempo, Lisboa continua a pressionar os Estados Unidos e os principais países europeus para obterem ajuda no cumprimento das suas promessas económicas e para reforçarem a confiança no novo regime"[145]. Simultaneamente, a CIA considerava que o próprio império colonial representava um encargo estrutural para Portugal ao afirmar que "Angola, Moçambique e a Guiné Portuguesa, enquanto grupo, têm sido claramente um passivo económico para Portugal nos últimos anos"[146]. Esta análise ia contra a narrativa do regime anterior e reforçava a perceção de que a manutenção do império representava um encargo estrutural para o novo Estado. Os custos relacionados à guerra colonial surgem quantificados explicitamente no mesmo documento, "O custo das operações militares em África tem sido equivalente a cerca de 3% do PIB de Portugal e estas operações desviaram cerca de 4% da sua força de trabalho para as forças armadas"[147]. Esta avaliação sustenta a leitura americana de que a política colonial poderia comprometer não só a estabilidade política bem como a economia do país.

[143] Ibidem, p.6.
[144] Central Intelligence Agency, Current Economic Situation, 28 de setembro de 1974, p.6.
[145] Ibidem.
[146] Central Intelligence Agency, Portugal: The Economic Impact of Losing Angola, Mozambique, and Portuguese Guinea, 23 de setembro de 1974, p.3.
[147] Ibidem.

A leitura americana da política colonial portuguesa após o 25 de abril foi marcada por um equilíbrio entre apoio e receio. As fontes revelam a inevitabilidade da descolonização apesar de acompanhada pelo receio das suas repercussões desestabilizadoras. O apoio norte-americano existiu, apesar de condicionado, durante a Administração Nixon, pela concessão de apoio diplomático no quadro das Nações Unidas, nomeadamente no apoio à posição de Spínola quanto ao reconhecimento da independência da Guiné-Bissau sem comprometer o processo de descolonização das restantes províncias ultramarinas, e durante a Administração Ford pela exigência da irreversibilidade do processo de descolonização.

3.3. Angola e Moçambique entre a descolonização e a Guerra Fria: a leitura americana

A descolonização portuguesa em África, ao longo de 1974, assumiu um lugar central nas análises da diplomacia e inteligência norte-americanas. Nestes documentos a descolonização surge associada não apenas à redefinição do lugar internacional de Portugal, mas também à gestão das tensões da Guerra Fria e à estabilidade regional africana. Esta análise é mais evidente nos casos de Angola e Moçambique, considerados casos complexos e prioritários face à Guiné-Bissau.

As fontes reconhecem, desde cedo, que a descolonização era um dos principais desafios do novo poder político português, em conjunto com as dificuldades económicas internas. Um memorando de conversação entre Costa Gomes, Kissinger e o Presidente Ford de 18 de outubro de 1974 sintetiza este ponto de vista ao ser afirmado que "Atualmente, os nossos principais problemas são a descolonização – que está a ser vigorosamente implementada com base no compromisso com os documentos da ONU – e os problemas económicos. A Guiné-Bissau tornou-se independente. Angola é o nosso problema mais difícil"[148], esta formulação estabelece uma hierarquia clara entre os casos nos territórios africanos ao isolar Angola como o caso mais problemático e aquele que implicitamente é mais sensível do ponto de vista estratégico.

Simultaneamente, o mesmo documento sublinha a necessidade de apoio externo a Portugal neste processo. A questão económica surge como um fator decisivo para o sucesso político da transição: "O secretário Kissinger está familiarizado com o problema que enfrentamos e creio que concorda que Portugal precisa da ajuda dos seus amigos não só para o seu problema interno, mas também para Guiné-Bissau e Moçambique, que vão precisar de muita ajuda para lidar com os seus problemas"[149]. Esta afirmação expõe a perceção entre a descolonização e a estabilidade interna portuguesa e também a ideia de que Moçambique, à semelhança da Guiné, enfrentaria dificuldades imediatas após a independência.

Esta preocupação com a estabilidade política portuguesa é ainda mais explícita quando se afirma que "Se conseguirmos resolver o problema económico, o problema político será resolvido dentro do programa estabelecido pelos militares, e poderemos realizar eleições em março, nas quais todos os partidos estarão representados, mas nas quais os comunistas não terão

[148] "Memorandum of Conversation". 18 de outubro de 1974. In United States Department of State, *Foreign Relations of United States, 1973-1976*, vol. E-15, Western Europe, part 2 (Washington, DC: Government Printing Office, 2014). p. 482.
[149] Ibidem, p. 483.

a força que muitos temem"[150], apesar de centrada na situação interna, esta citação revela a ideologia que condicionava a leitura norte-americana da descolonização, a contenção da influência comunista, sendo igualmente relevante em Portugal como nos territórios africanos que se encontravam em processo de independência.

No caso de Moçambique, Henry Kissinger adota uma abordagem cautelosa face à transferência de poder para um governo de transição, sublinhando que "a nossa abordagem inicial ao novo governo deve ser discreta e expressa numa linguagem bastante geral"[151], adotando uma estratégia ponderada de observação num contexto ainda vago. Esta perspetiva enquadra-se amplamente na política externa norte-americana em África, que se define explicitamente pelo apoio à autodeterminação, visto que "a política dos Estados Unidos em relação aos povos de África tem sido, desde há muito, de apoio à sua autodeterminação"[152].

Este apoio centrava-se também no reconhecimento das iniciativas portuguesas no sentido da descolonização, nomeadamente da abertura de negociações com os movimentos de libertação e da criação de governos de transição. Como refere um telegrama do Departamento de Estado a 19 de setembro de 1974, "os Estados Unidos apoiam firmemente os esforços do Governo português para a descolonização dos seus territórios em África"[153], evidenciando a ideia de que Washington via o processo de descolonização de forma legítima. No caso moçambicano é importante referir que o governo transitório era visto como um passo decisivo, "um passo importante na implementação desta política de descolonização"[154].

Após o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau por Portugal, em setembro de 1974, este território surge na documentação diplomática norte-americana como um processo praticamente encerrado, afirmando-se que "Portugal concedeu pleno reconhecimento ao Estado independente da Guiné-Bissau"[155]. Esta afirmação evidencia que, uma vez formalizado o reconhecimento da independência, a Guiné-Bissau deixou de ser uma preocupação prioritária para a diplomacia norte-americana, o que explica por que razão Angola e Moçambique se mantêm como os focos de preocupação nos documentos posteriores.

---

[150] Ibidem.
[151] Departamento de Estado dos EUA, *Message to Mozambique's Transitional Government*, telegrama 1974STATE207165_b, 19 de setembro de 1974. *Kissinger Cables* (conjunto de telegramas diplomáticos de 1973-1976 divulgados pela WikiLeaks).
[152] Ibidem.
[153] Ibidem.
[154] Ibidem.
[155]Departamento de Estado dos EUA, *Portuguese Issues at 29th UNGA*, telegrama 1974STATE202939_b, 14 de setembro de 1974. *Kissinger Cables.*

Quanto a Angola, as fontes destacam duas vertentes: por um lado a abertura à inclusão dos movimentos de libertação e por outro a necessidade de garantir uma transição pacífica, "A disposição declarada de Portugal em incluir representantes de movimentos de libertação num novo governo de coligação provisório em Angola fornece provas concretas de que o GOP está a cumprir rapidamente com o seu compromisso de conduzir os territórios africanos rumo à autodeterminação"[156], apesar desta afirmação revelar uma leitura otimista do processo demonstra implicitamente o receio da fragmentação política em Angola e o risco de instabilidade.

Internacionalmente, os Estados Unidos tinham como objetivo moldar a perceção africana e do processo português, "Os Estados Unidos desejam que os seus amigos africanos saibam, nesta fase crucial, que estão satisfeitos com os progressos que Portugal tem feito para pôr fim ao seu domínio colonial em África"[157], demonstrando o esforço diplomático para legitimar Portugal como empenhado numa descolonização rápida e efetiva. Esta preocupação com a imagem internacional de Portugal e do processo de descolonização está diretamente ligada ao contexto da Guerra Fria e às dinâmicas das organizações internacionais.

A retirada portuguesa de África é exibida como um fator de estabilização global, ao ser afirmado que "A saída de Portugal de África porá fim a anos de conflitos e derramamento de sangue e eliminará uma séria fonte de discórdia nas organizações internacionais"[158], Esta leitura resume a expectativa norte-americana face à descolonização em Angola e Moçambique, que, segundo os EUA reduziria tensões diplomáticas e conflitos armados, apesar de os desenvolvimentos posteriores demonstrarem a complexidade deste processo

[156] Ibidem.
[157] Ibidem.
[158] Ibidem.

CAPÍTULO 4

Conflitos e Cenários Políticos

4.1. Spínola

Logo após o golpe militar de 25 de abril de 1974, a documentação norte-americana colocou o General António de Spínola como uma figura central que era capaz de conferir legitimidade política e institucional no seguimento do movimento militar cujas lideranças eram, até certo ponto, desconhecidas. Um relatório da CIA afirmava que "os líderes da rebelião, que se autointitulavam 'movimento das forças armadas', são praticamente desconhecidos, mas são quase de certeza oficiais de nível médio leais ao General António de Spínola"[159], o que demonstra a necessidade, no ponto de vista americano, de associar o Movimento das Forças Armadas a uma personalidade hierarquicamente superior e reconhecida. Esta análise não é neutra, visto que enfatiza a devoção dos oficiais intermédios a Spínola, demonstrando que a inteligência norte-americana atribuiu ao general a centralidade e responsabilidade do processo revolucionário.

Este papel central de Spínola é reforçado quando, após a proclamação inicial do movimento, a mesma fonte aponta que "prontamente convocaram o General Spínola para liderar o movimento"[160]. Na leitura americana a rapidez com que o Movimento das Forças Armadas recorre a Spínola surge como um sinal de que a revolução necessitava de uma figura de autoridade de modo a evitar o caos político e militar, a aceitação desse papel por parte de Spínola é descrita explicitamente "Spínola aceitou o convite, recebeu uma calorosa receção pública em Lisboa e, segundo relatos da rádio portuguesa, foi proclamado 'Chefe de Portugal'"[161]. E esta análise demonstra, para além da perceção de apoio popular, que Washington dedicava atenção analítica à legitimidade pública do novo poder.

A imagem de Spínola nas fontes norte-americanas, nesta fase inicial, baseia-se maioritariamente no seu percurso intelectual e militar, descrevendo-o como "O herói de guerra mais condecorado de Portugal"[162]. Este prestígio é complementado por uma dimensão intelectual considerada essencial para a nova conjuntura, recordando que Spínola era "o autor de um livro que ousou afirmar que uma solução militar para o problema da insurgência nos territórios africanos é impossível e que deve ser encontrada uma solução política"[163]. Esta

[159] Central Intelligence Agency, Coup in Portugal, 26 de abril de 1974, p.8.
[160] Ibidem, p.24.
[161] Ibidem, p. 8.
[162] Central Intelligence Agency, Coup in Portugal, 29 de abril de 1974, p.1.
[163] Ibidem.

referência à obra *Portugal e o Futuro* não é casual, para os analistas americanos, a procura por uma solução política para a guerra colonial colocava Spínola numa posição entre o conservadorismo do antigo regime e radicalismo que poderia surgir com o processo revolucionário.

A avaliação inicial relativamente ao seu desempenho político é relativamente otimista, "como 'chefe de governo', Spínola parecer estar a ter um início auspicioso"[164], sugerindo simultaneamente que, nos primeiros dias após o golpe, o general reunia as condições necessárias para estabilizar o país, bem como o controlo militar, "o seu prestígio é tal que, apesar das divisões dentro das forças armadas, poderá ser capaz de as manter totalmente sob controlo"[165]. A preocupação com a união das Forças Armadas é constante na análise norte-americana, expondo o receio de que a fragmentação militar pudesse conduzir à radicalização política.

Apesar disto, a prudência é visível em toda a documentação, que adverte que "é demasiado cedo para uma avaliação precisa da medida e da rapidez com que o novo regime avançará"[166], reconhecendo, por um lado, os limites de análise num contexto revolucionário ainda em desenvolvimento, mas também que, apesar da valorização Spínola, este não era visto como uma garantia total da estabilidade, mas como uma possibilidade a ser testada.

Quanto às relações bilaterais, os Estados Unidos demonstram desde o início disponibilidade para dialogar com o novo regime, afirmando que "Assumindo que o novo governo se consolida completamente no poder, não esperamos atrasar o pleno estabelecimento das relações com o regime de Spínola"[167], o que revela uma postura de rápida adaptação à nova realidade portuguesa, dialogando com a leitura de Spínola como uma figura moderada e que consequentemente é compatível com os interesses estratégicos norte-americanos.

Esta perceção confirma-se também num memorando de conversa entre Spínola e o Presidente Nixon em que se afirma que "O Presidente Spínola sentiu que era da sua responsabilidade pronunciar-se desta forma sobre as preocupações comuns aos dois países"[168], apresentando a forma como o general se apresentava como um interlocutor das relações luso-

[164] Ibidem, p. 2.
[165] CIA, Coup in Portugal, 26 de abril de 1974, p.25.
[166] Ibidem, p. 4.
[167] CIA, Coup in Portugal, 29 de abril de 1974, p.2.
[168] "Memorandum for the President's File by the President's Assistant (Haig)". 24 de junho de 1974. In United States Department of State, *Foreign Relations of United States, 1973-1976*, vol. E-15, Western Europe, part 2 (Washington, DC: Government Printing Office, 2014), p. 462.

americanas, sugerindo uma afinidade entre Spínola e os decisores norte-americanos, que se baseava na ideia de responsabilidade e interesses mútuos.

A confiança americana em Spínola é marcada por uma preocupação essencial, o avanço na influência comunista e esta inquietação surge explicitamente num telegrama diplomático onde se afirma que "Descobri que o motivo de ele me ter chamado a Washington para uma consulta era precisamente a mesma preocupação que Spínola me expressou no dia seguinte à minha chamada de volta para casa para uma consulta – ou seja, as suas preocupações com a influência comunista no governo Spínola e em Portugal"[169], esta afirmação é crucial, revelando que Spínola partilhava, e expressava, os mesmos receios americanos quanto à influência do PCP no novo equilíbrio político.

A questão comunista surge, assim, como um problema essencial da perceção americana de Spínola, que é visto simultaneamente como uma barreira à radicalização, mas como um líder vulnerável às pressões exercidas pelo MFA e pelas expectativas dos militares quanto ao futuro político e institucional do país. Isto é percetível no modo como as fontes analisam a sua relação com o Movimento das Forças Armadas, "Spínola, para manter os oficiais do movimento ao seu lado na preparação de um confronto com os comunistas, precisa de ser capaz de responder concretamente ao desejo dos militares de um papel que seja profissionalmente satisfatório e que permita ao exército manter novamente a cabeça erguida na Europa"[170], revelando a consciência americana de que a manutenção de Spínola dependia essencialmente da sua capacidade de gerir as expectativas dos militares no contexto revolucionário.

As fontes da *Central Intelligence Agency* e do *Foreign Relations of the United States*, em conjunto, constroem uma imagem de Spínola que é vista como uma figura central nos primeiros momentos da transição democrática, atribuindo-lhe prestígio simbólico, marcado principalmente pela sua abertura a uma solução política para a questão colonial e pela sua proximidade comunicativa com os Estados Unidos. No entanto, esta perceção é também assinalada por dúvidas quanto à sua capacidade de controlar a radicalização política, manter a unidade das Forças Armadas e conter a influência comunista. O olhar americano oscila, então, entre a esperança de uma liderança moderada e a consciência dos limites do seu poder num processo revolucionário rápido e imprevisível.

[169] "Telegram 163339/Tosec 56 From the Department of State to the White House". 26 de julho de 1974. In United States Department of State, *Foreign Relations of United States, 1973-1976*, vol. E-15, Western Europe, part 2 (Washington, DC: Government Printing Office, 2014), p. 467.
[170] Ibidem, p. 468.

4.2. O conflito Spínola – Movimento das Forças Armadas e o 28 de setembro

A análise norte-americana do processo revolucionário português identifica, desde o início, um conflito entre a figura de António de Spínola e o Movimento das Forças Armadas, conflito esse que culminaria nos acontecimentos de 28 de setembro de 1974. Esta crise teve origem numa manifestação de apoio a Spínola, associada à "maioria silenciosa", iniciativa que foi bloqueada pelo Movimento das Forças Armadas e por forças políticas de esquerda. O fracasso desta tentativa de afirmação política levou à demissão de Spínola da Presidência, reforçando consequentemente a influência dos setores mais à esquerda do MFA no processo revolucionário. Na perspetiva norte-americana, este desfecho representava o início de uma disputa pelo controlo político da revolução, na qual Spínola demonstrou, progressivamente, a incapacidade de impor autoridade sobre o MFA que o colocara na chefia.

Nos dias anteriores ao 28 de setembro, os telegramas provenientes da Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa descrevem, de forma evidente, um clima de confronto entre o Movimento das Forças Armadas e Spínola, "competição de gritos e lutas de punhos ocorreram a 26 de setembro na linha de divisão entre o MFA e Spínola. Ambos os lados parecem estar a mobilizar forças"[171]. Isto evidencia que a tensão entre o Presidente e o Movimento das Forças Armadas deixara de ser oculta e assumira contornos visíveis. A leitura americana deste processo é clara, a crise não emergiu no dia 28 de setembro, tendo sido preparada por um escalar de conflitos anteriores, revelando uma verdadeira luta pelo poder.

Esta escalada confirma-se explicitamente num telegrama de 28 de setembro, que afirma que "a luta pelo poder entre supostos indivíduos pró-Spínola e elementos anti-direitistas atingiu o nível de crise esta manhã"[172]. A utilização da expressão "luta pelo poder" expõe a perceção americana, que considera que este evento não se trata de um simples desacordo político, mas sim de um confronto ideológico direto quanto ao futuro do regime.

A ligação entre a manifestação do dia 28 de setembro e a sobrevivência política de Spínola é explícita nas fontes, "o grau de envolvimento de Spínola na manifestação será um fator crucial para a sua habilidade de sobreviver como Presidente"[173]. No olhar dos analistas americanos, o cargo presidencial estava em jogo, logo, o 28 de setembro não era apenas uma demonstração de poder político e sim um teste decisivo à autoridade de Spínola. A avaliação

---

[171] "Forças anti-Spínola ateiam confusão numa tourada". 27 de setembro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro. Lisboa: 2024.
[172] "Possível Tentativa de golpe I", 28 de setembro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro. Lisboa: 2024.p.434.
[173] "Análise preliminar à crise de 28 de setembro", 28 de setembro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro. Lisboa: 2024. p.440.

desse "teste" é profundamente negativa, "baseado num conjunto de factos difusos e muito na nossa própria especulação, a nossa análise leva-nos a acreditar que o Presidente Spínola sobreviveu politicamente enfraquecido"[174], esta formulação demonstra o que a perceção americana conclui que Spínola sai do confronto numa posição mais frágil do que entrou.

O fracasso da tentativa de mobilização pró-Spínola evidencia-se explicitamente no modo como os acontecimentos foram enquadrados de imediato no espaço público, "um carro de som do PCP circulava na cidade anunciando que a tentativa reaccionária de golpe tinha sido derrotada"[175], o que, nas fontes norte-americanas, demonstra uma imposição rápida da derrota presidencial que Spínola não conseguiu contrariar com eficácia. O isolamento político de Spínola é marcado por sinais claros de ausência de apoio interno político. Após os acontecimentos de 28 de setembro, Richard Post, DCM da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa relata que realizou "chamadas para Vítor Alves, Melo Antunes e o adido de Spínola, Nunes Barata. Nenhuma dessas chamadas foi devolvida"[176], esta ausência de resposta é interpretada como uma rutura entre Spínola e algumas das figuras do Movimento das Forças Armadas, que comprovava a sua perda de capacidade de diálogo interno.

Apesar do impacto da crise, as fontes apontam que a situação nas ruas permaneceu controlada, "Lisboa e o resto de Portugal mantêm-se aparentemente calmos, sem grandes multidões e sem estranhos movimentos de tropas"[177], esta pacificidade relativa evidencia implicitamente que o Movimento das Forças Armadas detinha o controlo da ordem pública, mesmo numa conjuntura de elevada tensão política, revelando simultaneamente a irrelevância da iniciativa presidencial.

Esta leitura é consolidada num telegrama do Departamento de Estado de 30 de setembro de 1974, em que se afirma que "Spinola, que nos últimos meses tem sido cada vez mais apenas uma *figurehead*, falhou a sua segunda tentativa de confronto com o Movimento das Forças Armadas"[178]. A referência à "segunda tentativa" remete para o fracasso anterior de Spínola em impor a sua orientação política durante a crise governativa em julho de 1974, que culminaria na demissão de Palma Carlos e evidenciou as crescentes limitações da sua capacidade de influência. Complementarmente, a caracterização de Spínola como uma "figurehead" é

[174] Ibidem.
[175] "Possível tentativa de golpe I", 28 de setembro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro. Lisboa: 2024. p. 434.
[176] "SITREP (Ponto de situação) III", 29 de setembro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro. Lisboa: 2024. p. 444.
[177] Ibidem.
[178] Departamento de Estado dos EUA, *Situation in Portugal*, telegrama 1974STATE214840_b, 30 de setembro de 1974. *Kissinger Cables*

reveladora, visto que sugere que a sua autoridade era, mesmo antes do 28 de setembro, simbólica.

O mesmo documento contextualiza a derrota, ao afirmar que "No início deste mês a balança parecia ter voltado a favorecer Spínola, em parte porque Costa Gomes o apoiou"[179], apesar de não se traduzir num reforço duradouro da posição presidencial. Contrariamente sublinha-se que "Ao mesmo tempo, Costa Gomes manteve aparentemente as suas linhas abertas tanto aos elementos mais 'tradicionalistas' das forças armadas como aos 'esquerdistas' do Movimento das Forças Armadas"[180], o que revela que não existiu um apoio incondicional a Spínola.

O documento demonstra a incapacidade de Spínola em compreender o novo contexto político, ao afirmar diretamente que "Aparentemente, Spínola não percebeu que os militares não vão apoiar nenhuma causa rotulada de 'fascista' no Portugal de hoje"[181], esta afirmação é essencial para compreender a leitura americana do conflito em que Spínola é visto como alguém que desconsiderou a transformação política após o 25 de abril de 1974.

O cancelamento da manifestação planeada apresenta-se como um momento decisivo da crise, "O cancelamento da manifestação de apoiantes de Spínola no sábado confirma que o verdadeiro poder em Portugal está nas mãos dos elementos 'esquerdistas' do Movimento das Forças Armadas"[182]. O reposicionamento de Costa Gomes após este momento é também destacado, "Depois de os esquerdistas terem pressionado Spínola para cancelar o comício de sábado, a fim de evitar derramamento de sangue, Costa Gomes aparentemente mudou a sua lealdade para Gonçalves"[183], esta mudança é interpretada como um sinal de que o centro do regime se tinha deslocado definitivamente para o Movimento das Forças Armadas e para os setores mais à esquerda do movimento.

As repercussões do 28 de setembro são avaliadas incisivamente ao ser afirmado que "Os acontecimentos do fim de semana confirmam que o verdadeiro poder em Portugal é detido pelos elementos 'esquerdistas' (...) e sugerem que os 'direitistas' sofreram um golpe do qual não podem recuperar"[184] e que "o resultado da crise fortaleceu claramente o MFA"[185]. O episódio passa a ser visto como um momento de rutura irreversível. O novo enquadramento institucional

[179] Ibidem.
[180] Ibidem.
[181] Ibidem.
[182] Ibidem.
[183] Ibidem.
[184] Ibidem.
[185] Ibidem.

é analisado, afirmando-se que "Ao que tudo indica, Costa Gomes só será eficaz enquanto seguir as regras estabelecidas pelo MFA"[186], sugerindo que a chefia do Estado está condicionada pela lógica do movimento militar. Por fim, o documento salienta que "O governo provisório português deslocou-se claramente para a esquerda em consequência da crise do fim de semana"[187], assumindo o "carácter de um governo da Frente Popular, com forte poder armado para o apoiar"[188].

A queda de Spínola surge como uma consequência direta do conflito com o Movimento das Forças Armadas e do fracasso político consequente dos acontecimentos de 28 de setembro. Na perspetiva norte-americana, o Presidente já não passava de uma figura vazia de poder efetivo, sendo explicitamente descrito como uma *figurehead*[189]. O desfecho deste processo institucional é analisado de forma factual nos telegramas diplomáticos, em que se assinala que "numa comunicação à nação, às 11h33 do dia 30 de setembro, o Presidente Spínola anunciou a sua resignação"[190]. No entanto, para os Estados Unidos, a demissão de Spínola não era de todo uma rutura inesperada, mas sim o desfecho lógico de um ciclo de confrontos políticos marcados pela deslocação do poder da presidência para o Movimento das Forças Armadas e pela estabilização de um processo revolucionário que fugira do controlo presidencial.

[186] Ibidem.
[187] Ibidem.
[188] Ibidem.
[189] *Figurehead* designa uma figura que ocupa formalmente uma posição de liderança ou de destaque simbólico, cujo poder efetivo de decisão é inexistente, sendo sobretudo um elemento representativo ou legitimador. O termo pode ser traduzido como *figura de proa* ou *figura decorativa*, marcando a separação entre a visibilidade pública do cargo e o exercício real de poder.
[190] "Presidente Spínola renuncia". 30 de setembro de 1974 In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro, p. 450.

4.3. Partidos Políticos

4.3.1. PCP

Após a revolução surge de quase de imediato o início da análise da embaixada dos EUA em Lisboa aos partidos políticos. Enquanto o país se encontrava numa incerteza, o PCP surgia como a única peça que parecia funcionar corretamente e que detinha a vantagem da longevidade, tendo sido fundado em 1921. Carlos Jalali aponta como justificação para esta realidade a natureza leninista e a longa experiência de clandestinidade[191] do partido, que lhe permitiu desde logo ganhar espaço no vazio de poder.

A Embaixada dos Estados Unidos da América regista esta capacidade com um misto de respeito e receio. No início há uma tentativa de decifrar Álvaro Cunhal, descrevendo-o como alguém que faz um "discurso domesticado"[192], apelando à tranquilidade. A análise americana, nesta fase inicial, não é de confronto total, apesar de reconhecer uma força superior no partido, "o PCP provavelmente muito à frente em termos organizacionais"[193]. Este período é descrito por Jalali como a "institucionalização do carisma"[194] de Cunhal que a Embaixada vê como o garante do partido comunista. Apesar disto, a diplomacia americana é confrontada com uma "cristalina consciência do inimigo principal: o PCP e os trabalhadores organizados para uma intervenção de classe"[195]

Com o passar dos meses e a crise do 28 de setembro de 1974 a análise torna-se mais intensa e pessimista, a Embaixada deixa de ver o PCP como um mero partido e passa a vê-lo como uma estrutura que integrou o Estado, ao afirmar que o PCP ultrapassava os outros partidos ao monopolizar as vagas nos governos locais[196] através do MDP, instituição que Jalali define como "organização ancilar"[197]. A mudança na análise norte-americana é clara, o PCP já não é apenas organizado e sim uma ameaça à viabilidade eleitoral, notando que o partido é altamente disciplinado e financiado em abundância e que "um dos principais objetivos dos EUA deve ser

---

[191] JALALI, Carlos. *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*. Imprensa de Ciências Sociais. 2007. p. 157.
[192] "1º de Maio português marcado por manifestações ordeiras e alegres". 2 de maio de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024.
[193] "Proliferação de partidos políticos continua na metrópole". 16 de maio de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos.
[194] JALALI, Carlos. *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*. Imprensa de Ciências Sociais. 2007. p. 70.
[195] ABRILABRIL. O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024, p.4.
[196] "Discurso de Spínola ataca governos de um partido e os extremistas". 11 de setembro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro. Lisboa: 2024.
[197] JALALI, Carlos. *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*. Imprensa de Ciências Sociais. 2007. p. 73.

procurar impedir que o PCP ganhe as próximas eleições ou obtenha (...) participação no futuro governo"[198].

A chegada de Carlucci, em meados de janeiro de 1975, altera profundamente a análise causando uma mudança na estratégia americana. Em vez de procurar afastar o PCP da esfera do poder, algo que Kissinger apoiava, Carlucci propõe o apoio aos moderados[199] de modo a testar a verdadeira força do PCP nas urnas. No entanto, nesta fase o PCP tenta assegurar a sua sobrevivência eleitoral, no seu congresso extraordinário, aprovando um Programa de Emergência, e retirando simbolicamente o slogan "'ditadura do proletariado' da ladainha convencional"[200], tendo em conta que este poderia ser mal interpretado. A Embaixada via isto como a "táctica mais perigosa que o PCP poderia empreender" pois procurava garantir uma "conquista de legitimidade e respeitabilidade"[201] que ocultava os seus objetivos reais. Este período, correspondente aos primeiros meses de 1975 que antecedeu as eleições para a Assembleia Constituinte, é identificado como um momento de enviesamento à esquerda[202] do sistema partidário, sendo o momento em que os partidos adotaram programas que não refletiam propriamente o seu posicionamento ideológico de modo a sobreviverem ao clima revolucionário. O PCP, decidiu reforçar a sua face institucional ao ser o primeiro partido a legalizar-se formalmente na nova lei[203], motivado pela pressão da campanha anticomunista.

A fase final do período em análise, correspondente aos meses que antecederam o 25 de novembro de 1975, é marcada pela defensiva. Com a criação do VI Governo Provisório e o isolamento crescente do Partido Comunista, Cunhal passa a considerar a participação de partidos como o PPD no governo como um erro que "personifica a reacção"[204]. A Embaixada prevê que o partido passaria a adotar uma estratégia de sabotagem silenciosa por meio da burocracia, da reforma agrária e dos quartéis[205]. O teste final é a crise de 25 de novembro, Frank

[198] "Proposta de Programa: convidar os responsáveis das campanhas eleitorais a observar as eleições dos EUA". 16 de agosto de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro. Lisboa: 2024.
[199] "Leonard Woodcock pede ajuda imediata dos EUA a Portugal". 2 de dezembro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A chegada de Carlucci. Lisboa: 2024.
[200] "Congresso especial do PCP aprova 'plataforma de emergência'" 24 de outubro fe 1974.. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A chegada de Carlucci. Lisboa: 2024.
[201] Ibidem.
[202] JALALI, Carlos. *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*. Imprensa de Ciências Sociais. 2007. p. 73.
[203] "Partido Comunista Português é o primeiro partido a legalizar-se ao abrigo da nova lei dos partidos políticos". 2 de janeiro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A chegada de Carlucci. Lisboa: 2024.
[204] "O novo governo: Uma avaliação".20 de setembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[205] Ibidem.

Carlucci nos seus telegramas afirma que o PCP não estava no golpe apesar de ter contribuído para o clima de instabilidade. No pico da tensão o PCP apelou a uma "solução política"[206] demonstrando a prevenção que tinha por objetivo evitar a sua própria ilegalização. Por fim, a análise de Jalali conclui que este desfecho marcou a transição de um partido que aspirava a supremacia, mas que acabou por aceitar a sua integração, ainda que ambígua, num sistema democrático pluralista. Aquele que foi o inimigo norte-americano de 1974 termina o ano de 1975 apercebendo-se que o seu projeto vanguardista da revolução fora travado pela aliança entre moderados e militares.

4.3.2. PS

À data da revolução, o Partido Socialista era visto pelos observadores americanos com uma profunda incerteza quanto à sua capacidade efetiva. Jalali descreve o PS desta fase como um partido de quadros no exílio[207], cuja estrutura nacional era praticamente nula comparada com a máquina comunista. Esta observação académica é corroborada nos telegramas da Embaixada dos EUA, em que o partido é rotulado como sendo "basicamente uma organização no papel"[208], o que evidencia a falta de apoio no terreno.

A figura de Mário Soares, apesar de reconhecida, foi alvo de uma análise contraditória e confusa. A embaixada descrevia-o como inteligente e diligente, mas simultaneamente como um oportunista que não gozava de um "largo seguimento em Portugal"[209]. Esta descrença inicial justifica-se pelo facto de o PS estar ainda em formação, apesar de acelerada. No entanto, a visibilidade de Mário Soares como Ministro dos Negócios Estrangeiros permitiu, também, a institucionalização do carisma[210], transformando a imagem de Soares na força do partido. A embaixada registava com inquietação o facto de este admitir desde logo a "competição do bem organizado Partido Comunista", vendo no PCP o seu "principal competidor"[211].

À medida que o tempo passava e o PS crescia, as suas contradições ideológicas tornavam-se mais evidentes, a ponto de a embaixada o descrever como o partido "mais instável

---

[206] "Motim dos Pára-quedistas: A situação na noite de 26 de Novembro". 26 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[207] JALALI, Carlos. *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*. Imprensa de Ciências Sociais. 2007. p. 62.
[208] "Nomeado o Governo Provisório". 16 de maio de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024.
[209] Ibidem.
[210] JALALI, Carlos. *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*. Imprensa de Ciências Sociais. 2007. p. 70.
[211] "O Partido Socialista organiza-se". 30 de abril de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024.

em cena"[212] por estar dividido em três correntes, "marxistas, católicos progressistas e sociais-democratas"[213]. Esta contradição era vista pelos analistas norte-americanos como uma debilidade que poderia vir a ser explorada pelo PCP, e nisto o PS teria de criar um equilíbrio entre a moderação e a necessidade de não parecer reacionário num clima revolucionário.

O momento em que ocorre a mudança na análise da embaixada é aquando da rutura do PS com o MDP/CDE. Inicialmente, o PS poderia parecer condicionado pela unidade de esquerda, mas, a 28 de agosto de 1974, decide a "ruptura com o MDP"[214], decisão esta motivada pela ideia de que o MDP estava a ser transformado numa extensão do PCP para as zonas rurais onde o PS também tinha intenção de crescer.

Em 1975 o sistema partidário sofre um enviesamento à esquerda, e o PS não ficaria de fora, adotando um discurso mais radical com vista a captar o eleitorado operário com o PCP, algo que a embaixada notou, afirmando que o PS se via "cada vez mais pressionado a adoptar posições mais radicais"[215]. Isto confirmar-se-ia no Congresso de 1974, onde a embaixada afirmou que o partido se tornara "verbalmente mais militante"[216]. A alteração foi evidente, se antes o programa afirmava que a inspiração do partido era "predominantemente marxista" a nova versão dizia explicitamente que "o marxismo é a inspiração teórica"[217]. Apesar desta máscara radical, Frank Carlucci considera o PS como o principal combatente do totalitarismo. O PS desenha um Programa de Emergência económico, que apesar de se assemelhar ao do PCP no papel, serviria para lhe dar uma legitimidade revolucionária que lhe permitiria combater o Partido Comunista no seu próprio campo[218].

No período que antecede o 25 de novembro a mudança de pensamento da Embaixada face ao PS é clara. O Partido Socialista não é mais a "organização de papel", mas sim a

[212] "Partidos políticos manobram pelo melhor posicionamento para as próximas eleições". 14 de agosto de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro. Lisboa: 2024.
[213] Ibidem.
[214] "Socialistas e o PPD saem do Movimento Democrático". 30 de agosto de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro. Lisboa: 2024.
[215] "Partido Socialista sob pressão crescente para se deslocar para a esquerda". 8 de outubro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A chegada de Carlucci. Lisboa: 2024.
[216] "Resultados do Congresso do Partido Socialista: do 'socialismo em liberdade' à 'revolução socialista'". 27 de dezembro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A chegada de Carlucci. Lisboa: 2024.
[217] Ibidem.
[218] "O Partido Socialista pede um 'programa de emergência' para superar a crise económica". 25 de outubro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A chegada de Carlucci. Lisboa: 2024.

representação civil dos moderados. Os diplomatas descrevem o partido como "radiante" e determinado a liderar o novo ciclo político[219].

Mário Soares resumiu o sentimento de vitória após a formação do VI Governo Provisório, considerando que os resultados das negociações para a constituição do novo executivo representavam "uma derrota humilhante para os comunistas"[220]. A capacidade de mobilização do PS que Jalali interliga com a rápida expansão das suas estruturas base durante 1975, é confirmada pelos telegramas da Embaixada, que relatam os alertas do PS para que os membros "se preparem para ir às ruas em defesa da revolução" [221] contra possíveis manobras de extrema-esquerda. O PS termina o processo revolucionário como o grande vencedor de esquerda, tendo conseguido fundir a legitimidade democrática, através da vitória nas eleições para a Assembleia Constituinte, com a sobrevivência revolucionária. Por fim, a embaixada conclui que o apoio americano aos socialistas foi decisivo[222], principalmente num momento crítico, consolidando o Partido Socialista como um dos pilares do novo regime pluralista.

4.3.3. PPD

O Partido Popular Democrática surge no espectro político português com uma formação muito distinta da dos seus rivais. O PCP surge da clandestinidade e o PS do exílio, enquanto o PPD foi formado por figuras que operaram dentro das instituições do Estado Novo. Jalali destaca que o PPD foi formado por tecnocratas da SEDES e antigos deputados da Ala Liberal da Assembleia Constituinte, entre eles Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota[223]. Esta origem conferiu ao partido uma base sólida, mas também uma vulnerabilidade evidente num clima político que necessitava de uma rutura total com o passado

A Embaixada dos EUA identifica de imediato o PPD como um grupo de "proeminentes tecnocratas"[224]. Numa fase inicial, a análise americana foca-se na viabilidade eleitoral deste

---

[219] "Visão do PS sobre o VI Governo". 9 de setembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[220] "Novo Governo". 18 de setembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[221] "Situação político-militar". 4 de outubro de 1975 In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[222] "Apoio ao VI Governo Provisório". 26 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[223] JALALI, Carlos. *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*. Imprensa de Ciências Sociais. 2007. p. 141.
[224] "Novos grupos e partidos políticos formados na metrópole". 7 de maio de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024.

partido. Mota Amaral, uma das figuras centrais do partido chegou a afirmar à Embaixada que o PPD poderia ganhar as eleições se houvesse uma "imprensa livre e equilibrada"[225]. O facto de os líderes do PPD, como Sá Carneiro e Magalhães Mota, tal como acontecia com os líderes do PCP e do PS, serem Ministros sem Pasta contribuiu para a institucionalização do carisma e, consequentemente, da centralidade do PPD no I Governo Provisório.

A definição ideológica é um dos pontos mais complexos da análise do PPD. Apesar de a revolução ter provocado uma viragem à esquerda, o que forçou os partidos de centro-direita a adotar programas socialistas para manter a sua legitimidade, o PPD é o exemplo paradigmático deste fenómeno. Por um lado, procurava ser um Partido Social Democrata de tipo europeu, mas que, curiosamente, aceitava "antigos membros da ANP"[226], o que o levava a ser classificado como de "centro-direita" pelos seus opositores.

Apesar desta classificação, o PPD tentava ocupar o espaço da esquerda democrática. A Embaixada cita Sá Carneiro ao afirmar convictamente que o partido era "social-democrata, não liberal" e que acreditava que "não há verdadeira democracia sem socialismo"[227]. Esta afirmação seria uma tentativa de sobreviver ao clima político onde o termo "liberal" poderia ser associado à reação. A embaixada acompanhou o primeiro Congresso do PPD e chegou à conclusão de que o partido conseguiu manter a sua "unidade interna intacta" bem como reafirmar uma posição de "centro-esquerda" para competir com o Partido Socialista[228].

A partir de 1975, a análise da embaixada apresenta um PPD cada vez mais focado na contenção comunista, indicando que este partido procurava "fundamentalmente isolar o PCP nas eleições" e que preferia a criação de uma "frente eleitoral com os socialistas"[229]. Esta aliança ponderada com o PS embora não tenha sido constante tornou-se no imprescindível na fase da resistência moderada. No entanto, o grande campo de batalha do PPD foi a questão sindical, opondo-se ferozmente à lei da "unicidade sindical" que previa uma federação única controlada pelo PCP. Magalhães Mota chegou a ameaçar a "retirada do PPD da coligação

[225] Ibidem.
[226] "Forma-se nova coligação de direita sob a égide do General Deslandes". 11 de setembro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro. Lisboa: 2024.
[227] "PPD realizará o primeiro Congresso em Novembro". 22 de outubro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A chegada de Carlucci. Lisboa: 2024.
[228] "Partido Popular Democrático (PPD) realiza Congresso e afirma posição de centro-esquerda". 26 de novembro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A chegada de Carlucci. Lisboa: 2024.
[229] "Partidos políticos manobram pelo melhor posicionamento para as próximas eleições". 14 de agosto de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro. Lisboa: 2024.

governamental" caso o projeto fosse aprovado[230]. Esta resistência era fundamental para o PPD, visto que o controlo comunista sobre os sindicatos era tido como um grande obstáculo à implementação de uma democracia parlamentar pluralista.

Na fase final da revolução, o PPD emerge como uma força de pressão para clarificação política. As negociações para a criação do VI Governo Provisório foram intensas, com o PPD a insistir que a divisão de pastas devia ter em conta os resultados das eleições de abril de 1975, nas quais este foi a segunda força mais votada, ao passo que o PCP exigia paridade[231]. No auge da crise de novembro o PPD assumiu uma atitude de oposição, aquando do cerco do Palácio de São Bento por trabalhadores da construção civil, tendo o porta-voz do PPD comunicado ao embaixador Carlucci que julgava que o PCP estava a tentar um "golpe de Estado"[232]. Após o desfecho do 25 de novembro, a juventude do PPD emitiu um comunicado em que culpava os "social-fascistas" pela instabilidade[233]. Esta linha de atuação culminou na vitória ideológica moderada, consolidando o PPD como o guardião da legitimidade eleitoral contra as influências da esquerda radical.

[230] "PPD ameaça sair do governo caso seja aprovado o projeto de lei que institucionaliza a federação sindical única". 8 de janeiro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A chegada de Carlucci. Lisboa: 2024.
[231] "Negociações sobre o governo paralisadas; anti-comunistas vencem na Força Aérea". 17 de setembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[232] "Reacção dos partidos ao cerco à Assembleia Constituinte". 13 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[233] "Motim dos Pára-quedistas: Relatório da Situação nº 29". 26 de nomebro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.

4.3.4. Outros partidos – CDS, MDP/CDE e a pressão da extrema-esquerda

O percurso do Centro Democrático Social (CDS), é marcado pelo fardo da sua formação tardia[234]. Ao surgir apenas dez semanas após o PPD, o CDS deparou-se com um espaço político já ocupado e um clima adverso à direita. O facto de ser o partido mais à direita num sistema em crescente radicalização "minou seriamente os primeiros esforços do CDS na mobilização de apoio e na construção de uma estrutura de base"[235].

A embaixada acompanhou de perto o isolamento inicial do partido, relevando o receio de que o governo fechasse a porta ao CDS[236], o que poderia conduzir à sua retirada da cena política. Para a diplomacia americana, o desaparecimento do CDS seria uma "infelicidade", visto que deixaria os eleitores conservadores sem representação política, ficando apenas com opções de centro-esquerda[237]. A evolução da análise diplomática sobre este partido evolui de uma perspetiva que o via como um partido isolado para outra em que o considera uma componente indispensável. Inicialmente, o cerco foi literal, em novembro de 1974 a embaixada relata o violento ataque à sede do CDS em Lisboa por militantes do MRPP[238]. A perspetiva muda quando o CDS é aceite na União Democrata Cristã Europeia, marcando a sua sobrevivência internacional[239], e estabelecendo-se em 1975, por meio de grandes manifestações do Norte do país[240].

O Movimento Democrático Português (MDP/CDE) é o caso mais claro de instrumentalização partidária. Jalali é crítico ao considerá-lo uma "organização ancilar do PCP" com um duplo propósito: alargar a base de apoio comunista e explorar a sua posição para obter apoio administrativo, principalmente na administração local, onde o movimento tomou conta do poder em muitas autarquias nos anos de 1974 e 1975[241].

---

[234] JALALI, Carlos. *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*. Imprensa de Ciências Sociais. 2007. p. 70.
[235] Ibidem, p. 130.
[236] "Aparentemente, o governo fecha a porta à entrada do CDS, que como resultado pode retirar-se da política". 10 de outubro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A chegada de Carlucci. Lisboa: 2024.
[237] Ibidem.
[238] "Militantes do MRPP atacaram sede do CDS, causando grandes danos". 5 de novembro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A chegada de Carlucci. Lisboa: 2024.
[239] "Admitido na União Democrata Cristã Europeia, CDS revela planos para realizar Congresso do partido este mês". 4 d dezembro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A chegada de Carlucci. Lisboa: 2024.
[240] "O Governo português continua a implementar uma abordagem gradual". 20 de outubro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[241] JALALI, Carlos. *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*. Imprensa de Ciências Sociais. 2007. p. 73.

Esta tese é corroborada pela embaixada que descreve o MDP como "apenas uma frente do PCP"[242]. A mudança na análise ocorre quando o MDP deixa de ser um mero movimento de oposição ao Estado Novo e se torna num partido formal, a embaixada classifica esta mudança como o uso de um "cavalo de Troia" pelo PCP, que pretendia atrair eleitores que não apoiariam diretamente os comunistas[243]. A eficácia desta estratégia sentiu-se no terreno, os norte-americanos apontaram que o MDP superou os outros partidos "que raptaram muitos dos governos locais", criando uma base política que o PS e o PPD levariam meses a contestar[244]. A rutura definitiva acontece quando o PS e o PPD retiram formalmente o apoio ao MDP, expondo a sua falta de independência[245].

Os partidos de extrema-esquerda, como o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, desempenharam um papel desproporcional face ao seu peso eleitoral. No entanto, como referido por Jalali, a existência destes grupos contribuiu para o enviesamento à esquerda de todo o sistema, o que fez com que os partidos moderados, a fim de não ser rotulados de reacionários, fossem forçados a adotar uma linguagem mais revolucionária.

A embaixada dos EUA via o MRPP com uma mistura de curiosidade e inquietação, descrevendo-o inicialmente como um grupo maoísta de provocação e "acção direta"[246]. Apesar disso, a análise diplomática viria a mostrar uma evolução surpreendente em 1975, em que apesar de o MRPP ser hostil ao PCP e à Junta, conseguira alianças com o PPD e o PS contra o PCP. Esta "bênção ambígua"[247], como referida pelos diplomatas, tornou-se mais evidente nas lutas sindicais, em que listas conjuntas de "socialistas e MRPP" venceram sindicatos estratégicos, como os do Comércio e Seguros, recebendo até 70% dos votos para derrotar a Intersindical[248], controlada pelo PCP.

---

[242] "Partidos políticos manobram pelo melhor posicionamento para as próximas eleições". 14 de agosto de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro. Lisboa: 2024.
[243] "Movimento democrático converte-se em partido e apela ao MFA para participar na Assembleia Constituinte". 5 de novembro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A chegada de Carlucci. Lisboa: 2024.
[244] "Discurso de Spínola ataca governos de um partido e os extremistas". 11 de setembro de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro. Lisboa: 2024.
[245] "Socialistas e PPD saem do Movimento Democrático". 30 de agosto de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro. Lisboa: 2024.
[246] "Novos grupos e partidos políticos formados na metrópole". 7 de maio de 1974. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos. Lisboa: 2024.
[247] "Novo Governo enfrenta perspectivas de confronto com os trabalhadores". 23 de setembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[248] "Listas da Intersindical derrotadas em eleições sindicais". 15 de setembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.

Com o fim do processo revolucionário em novembro de 1975 inicia-se uma fase de transição para a institucionalização das estruturas partidárias[249]. A análise da Embaixada dos EUA conclui esta fase com a certeza de que a sua missão de contenção do PCP foi cumprida. O apoio americano que Carlucci afirma ter tido efeito num momento crítico, procurou garantir que o PS e o PPD sobrevivessem à pressão da extrema-esquerda. O desfecho, espelhado nos telegramas, foi a criação de um sistema onde a legitimidade democrática prevaleceu sob a legitimidade revolucionária, forçando tanto a direita do CDS como a esquerda do PCP a agirem dentro dos limites de uma democracia pluralista, cuja consolidação permanecia profundamente incerta nos primeiros meses da Revolução.

[249] JALALI, Carlos. *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*. Imprensa de Ciências Sociais. 2007. p. 77.

CAPÍTULO 5

1975: O Ano de Todos os Perigos

5.1. O 11 de março

Após a demissão de Spínola, na sequência dos acontecimentos de 28 de setembro, o processo revolucionário vivenciou uma crescente radicalização e instabilidade política com a consolidação dos setores mais à esquerda do MFA, a intensificação da mobilização social e o agravamento das divisões dentro das Forças Armadas. Neste quadro, a tentativa de golpe de 11 de março de 1975, protagonizada por militares da facção spinolista, fracassou em poucas horas, mas desencadeou uma nova fase do processo revolucionário, marcada pelas nacionalizações, pela reforma agrária e pelo reforço do poder político do MFA. É neste contexto que a documentação norte-americana analisa o contexto que levou ao 11 de março e os desenvolvimentos que dele resultaram.

O início de 1975 foi marcado por uma crescente tensão política que a inteligência norte-americana acompanhava de perto, vigilante e pessimista. Segundo um memorando da CIA de 27 de janeiro de 1975, o entusiasmo que se seguiu ao golpe de abril tinha desaparecido, dando lugar a uma série de "conflitos políticos aguçados"[250] que resultavam de várias questões essenciais que ainda não se encontravam resolvidas no seio da sociedade e das instituições portuguesas. Esta visão indicava que a estabilidade do novo regime ainda não estava de todo segura, com os analistas a prever que a coligação tripartida que sustentatava os governos provisórios estava prestes a atingir o seu "ponto de rutura"[251] pela incapacidade de resolver divergências antes do período eleitoral.

Para os analistas norte-americanos a instabilidade residia na luta pelo poder entre as diferentes facções do MFA e os partidos. O documento refere explicitamente que "um choque entre a esquerda radical e os elementos moderados parece estar a desenhar-se - provavelmente antes das eleições para a Assembleia Constituinte"[252]. Esta previsão demonstra que os Estados Unidos entendiam que o calendário eleitoral não funcionaria apenas como um marco democrático, mas também como um catalisador de "lutas internas"[253] dentro das forças armadas.

[250] Central Intelligence Agency. Portugal: Recent Developments and Short Term Prospects. 27 de janeiro de 1975, p.2.
[251] CIA. Portugal: Recent Developments and Short Term Prospects. 27 de janeiro de 1975. p.4.
[252] Ibidem. p.2.
[253] Ibidem. p.4.

A CIA sublinhava que o que estava em causa era a própria sobrevivência do "frágil sistema instituído desde o golpe de 25 de abril de 1974"[254], e no seu entender, as divisões dentro do governo provisório tinham-se desenvolvido de tal forma que a unidade criada entre as forças políticas à esquerda do centro eram agora apenas de aparência. O relatório alertava ainda que mesmo que o aumento das demonstrações de força e das atividades políticas tornavam a "unidade da coligação de três partidos um escárnio"[255], o que aumentava a probabilidade de uma rutura violenta.

Outro aspeto crucial analisado no memorando de janeiro era a motivação que movia os oficiais do MFA. Apesar das suas divisões internas, existia um elemento que os unia, "todos eles temem a reação da direita e um regresso ao status quo anterior ao golpe de abril passado"[256]. Este receio coletivo de um possível retrocesso, era identificado como a principal causa para a "suscetibilidade à pressão da esquerda"[257], o que poderia explicar determinadas decisões políticas que favoreciam as ideologias comunistas face às moderadas. Um exemplo seria a aprovação da lei da unicidade sindical, que representou uma vitória estratégica para o PCP. Para a inteligência americana, todas as questões fundamentais, desde o plano económico ao papel do MFA e dos demais partidos na Assembleia Constituinte, tinham-se transformado num "problema sério com potencial para um confronto político mais amplo"[258].

O relatório dedica ainda uma secção à questão "Possível Golpe?", onde examinava os rumores de uma rutura vinda de ambos os lados do espetro político. Por um lado, circulavam rumores sobre um golpe de esquerda, cuja divulgação poderia ter sido promovida por elementos conservadores com a intenção de justificar medidas preventivas. E, por outro, a CIA recebia descrições de "planos para um contra-golpe que estão geralmente ligados ao regresso de Spínola ao poder"[259]. Apesar de a inteligência americana duvidar que os conservadores tivessem "capacidade de o concretizar"[260], admitiam que a liderança comunista poderia avaliar as vantagens de uma "ação direta"[261], tendo em conta as suas fracas perspetivas eleitorais. Esta situação de desconfiança mútua levava os analistas a entender que os próprios moderados

[254] Ibidem. p.2.
[255] Ibidem. p.7
[256] CIA. Portugal: Recent Developments and Short Term Prospects. 27 de janeiro de 1975. p.4.
[257] Ibidem.
[258] CIA. Portugal: Recent Developments and Short Term Prospects. 27 de janeiro de 1975. p.6.
[259] CIA. Portugal: Recent Developments and Short Term Prospects. 27 de janeiro de 1975. p.10.
[260] Ibidem.
[261] Ibidem.

poderiam ser provocados a uma "ação preventiva"[262] com o intuito de evitar uma tomada de poder radical.

Posto isto, os acontecimentos de 11 de março foram recebidos pelos norte-americanos como a confirmação de uma crise já esperada, mas que fora executada com ineficácia. De acordo com o memorando da CIA redigido no próprio dia, a inteligência descreveu o evento como um "esforço mal organizado por moderados ou conservadores (que) foi suprimido"[263] e que não passava de um levantamento militar abortado, conduzido por um "pequeno grupo de homens desesperados"[264], que pretendiam, sem sucesso, entusiasmar outras forças moderadas para a ação.

A execução do golpe centrou-se no ataque a uma unidade de artilharia junto ao aeroporto de Lisboa (o RAL-1), executado por uma "unidade de paraquedistas estacionada em Tancos"[265] que se deslocou através de helicópteros. No entanto, após um curto período de combate, os paraquedistas foram "aparentemente convencidos da inutilidade da sua causa"[266] e as tropas retomaram o controlo da zona. Apontou-se ainda que a falta de apoio de outras unidades, como os comandos da Amadora ou a escola de cavalaria de Santarém, justificou o destino instantâneo da insurreição. O papel de Spínola foi essencial na leitura americana deste, segundo os mesmos, fracasso, confirmando que maioria dos oficiais detidos tinha ligações com o antigo presidente, e que o próprio "Spínola, a sua família e vários dos seus colaboradores próximos tinham-se refugiado em Espanha"[267]. Uma hipótese sugerida pelos analistas americanos era a de que o golpe pudesse ser uma armadilha, tendo em conta a possibilidade de unidades militares de direita terem sido "provocadas a agir por elementos esquerdistas"[268] que receavam o ressurgimento dos setores militares mais conservadores. Apesar de não existirem provas conclusivas para esta ideia, os Estados Unidos identificaram que este golpe falhado "jogou claramente nas mãos da esquerda"[269] numa fase em que os setores moderados tinham tudo a perder.

As consequências do fracasso de Spínola foram imediatas, levando ao que o Departamento de Estado identificou como uma movimentação abrupta de Portugal para uma

[262] Ibidem.
[263] Central Intelligence Agency. Coup Attempt in Portugal. 11 de março de 1975. p.1.
[264] CIA, Coup Attempt in Portugal. 11 de março de 1975. p.3.
[265] Ibidem. p.1.
[266] Ibidem.
[267] CIA, Coup Attempt in Portugal. 11 de março de 1975. p.2.
[268] CIA, Coup Attempt in Portugal. 11 de março de 1975. p.3.
[269] Ibidem.

"ditadura militar de esquerda"[270], com a tentativa de golpe a eliminar o "travão moderado que se tornava cada vez mais forte"[271] no seio do MFA, ao colocar obstáculos quase insuperáveis a qualquer ressurgimento do centro. A nova realidade política surge com a criação do Conselho da Revolução, mudança esta que, para a CIA, institucionalizou a viragem acentuada para a esquerda[272]. Este órgão detinha poderes executivos e legislativos e era composto por 24 oficiais e absorveu as funções da JSN e da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas. Para os norte-americanos, o Conselho da Revolução apresentava uma "coloração decididamente esquerdista"[273], onde era mínima a representação dos moderados.

Economicamente a radicalização manifestou-se numa incontrolável vaga de nacionalizações. O CR autorizou a "nacionalização dos bancos e das companhias de seguros do país"[274]. O Departamento de Estado interpretou estas medidas como um radical desvio do programa económico que tinha sido aprovado anteriormente, expondo uma "hostilidade generalizada contra a oligarquia portuguesa"[275] que controlava estes setores, e face a isto Washington previu que estas políticas iriam agravar os problemas económicos de Portugal.

Na perspetiva da Embaixada, a repressão política intensificou-se, atingindo partidos de diferentes quadrantes políticos. O Conselho suspendeu as atividades de três partidos políticos, o MRPP, a AOC e o PDC, alegando que o último se tinha envolvido na tentativa de golpe. Na perspetiva do Departamento de Estado, o PDC e o CDS estavam sob "ataque severo da esquerda por alegada cumplicidade"[276] nos eventos de 11 de março, sendo referido que as suas sedes de ambos os partidos foram saqueadas por multidões.[277] Esta desordem intimidou todos os partidos moderados. O Departamento de Estado admitia que, caso o PDC e o CDS viessem a ser proibidos pelo MFA, o PPD seria o único partido legalmente autorizado a operar à direita dos socialistas. O próprio PS encontrava-se numa situação precária, estando "alarmados e a tentar

---

[270] "Telegram 61177/Tosec 726 From the Departament of State to the Consulate in Jerusalem". 19 de março de 1975. In United States Department of State, *Foreign Relations of United States, 1973-1976*, vol. E-15, Western Europe, part 2 (Washington, DC: Government Printing Office, 2014), p. 497.
[271] Ibidem.
[272] Central intelligence Agency. A Shift to the Left in Portugal and Cabinet Shuffle. 22 de março de 1975. p.1.
[273] "Telegram 61177/Tosec 726 From the Departament of State to the Consulate in Jerusalem" In. FRUS, vol. E-15, p.498.
[274] CIA. A Shift to the Left in Portugal. 22 de março de 1975. p.1.
[275] "Telegram 61177/Tosec 726 From the Departament of State to the Consulate in Jerusalem" In. FRUS, vol. E-15, p.499.
[276] "Telegram 61177/Tosec 726 From the Departament of State to the Consulate in Jerusalem" In. FRUS, vol. E-15, p.498.
[277] Apesar de o telegrama se limitar a referir que as sedes foram saqueadas por "multidões", a historiografia identifica estes ataques como tendo sido protagonizados maioritariamente por grupos e militantes de esquerda revolucionária no contexto que se seguiu ao 11 de março de 1975.

estabelecer um modus Vivendi com os Comunistas"[278], contrariando a sua política anterior de distanciamento do PCP. A inteligência americana observou ainda que Mário Soares enfrentava pressões no governo, com possibilidade de ser "movido para ministro sem pasta"[279], perdendo a pasta de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O regime era agora liderado por figuras que Washington observava com elevada desconfiança. O primeiro-ministro Vasco Gonçalves e o General Otelo Saraiva de Carvalho eram classificados como "suscetíveis à influência comunista"[280]. O Departamento de Estado era ainda mais taxativo, afirmando que o poder estava consolidado num regime nacionalista radical, comparável aos modelos do "Peru ou Líbia"[281], com tendência crescente para o alinhamento com o bloco soviético.

A posição de Portugal na NATO tornou-se a grande questão estratégica. Apesar de o governo português reafirmar a intenção de honrar os acordos internacionais, o Departamento de Estado apontava para a "provável radicalização do regime"[282] que poderia moldar as relações com a NATO e os EUA. Posto isto, Washington defendeu a adoção de uma política de "quarentena"[283] relativamente a Portugal dentro da aliança, restringindo o acesso a materiais nucleares ou informações sensíveis, Esta preocupação traduziu-se no afastamento português do NPG procurando impedir que informação estratégica pudesse chegar a um governo considerado vulnerável à influência comunista.

A atitude recomendada em março de 1975 pelos assessores de Kissinger passava por mais assertividade e menos complacência, sugerindo que Carlucci adotasse uma "linha mais dura com Costa Gomes"[284], expondo a crescente preocupação dos EUA com a deriva antidemocrática do regime. Washington deixou claro que não ignoraria a exclusão de partidos do processo eleitoral, ao utilizar este diálogo como uma das poucas "alavancas diversificadas" de influência que ainda possuía[285]. Simultaneamente, os Estados Unidos tentaram mobilizar os

[278] Ibidem.
[279] CIA. A Shift to the Left in Portugal. 22 de março de 1975. p.1.
[280] Ibidem.
[281] "Telegram 61177/Tosec 726 From the Departament of State to the Consulate in Jerusalem" In. FRUS, vol. E-15, p.499.
[282] "Telegram 61177/Tosec 726 From the Departament of State to the Consulate in Jerusalem" In. FRUS, vol. E-15, p.500.
[283] Ibidem.
[284] "Telegram 61177/Tosec 726 From the Departament of State to the Consulate in Jerusalem" In. FRUS, vol. E-15, p.497.
[285] "Telegram 61177/Tosec 726 From the Departament of State to the Consulate in Jerusalem" In. FRUS, vol. E-15, p. 504-505.

seus aliados europeus, recomendando "consultas de alto nível com aliados chave"[286], referindo-se ao Reino Unido, França, Alemanha Ocidental e Itália, de modo a discutir as implicações da situação portuguesa na NATO. O intuito era estabelecer um conjunto de visões em comum para serem transmitidas a Lisboa, de modo a reforçar a ideia de que o comportamento português seria um reflexo do que os aliados estavam dispostos a "conceder noutros locais da NATO na Europa"[287]. Outra peça desta estratégia multilateral foi o envolvimento da social-democracia europeia, Washington via positivamente a possibilidade de "encorajar os líderes socialistas europeus (...) a aconselharem moderação em Lisboa"[288]. A administração norte-americana pretendia utilizar a influência de Willy Brandt para conscientizar o governo português sobre as possíveis consequências internacionais da radicalização.

A questão económica foi também considerada como um meio de pressão, o Departamento de Estado indicava que os EUA deveriam analisar como as potências ocidentais poderiam alinhar-se para "exercer pressão sobre Portugal através de meios económicos"[289], apesar de reconhecerem que sanções unilaterais eram desaconselhadas, a colaboração com a Comunidade Europeia era observada como essencial para encontrar uma solução para a "crise económica de Portugal"[290] e desse modo, influenciar o rumo da transição.

Internamente, o Departamento de Estado recomendou "consultas com líderes-chave do Congresso"[291] para os informar dos desenvolvimentos da situação e estimular declarações públicas de preocupação, esta estratégia pretendia criar um consenso político nos EUA que apoiasse medidas mais eficazes, caso a deriva pró-soviética de Lisboa se provasse. A atitude pública deveria ser de "crescente preocupação sobre os desenvolvimentos"[292]. A relação com a URSS foi determinante nestas decisões, Kissinger foi aconselhado a clarificar aos soviéticos, num encontro com Andrei Gromyko, que estes deveriam "abster-se de se intrometer em Portugal"[293]. Este aviso referia ainda que qualquer influência externa para com um aliado da NATO traria "questões sérias sobre os princípios nos quais as relações americanas-soviéticas

[286] "Telegram 61177/Tosec 726 From the Departament of State to the Consulate in Jerusalem" In. FRUS, vol. E-15, p.497.
[287] "Telegram 61177/Tosec 726 From the Departament of State to the Consulate in Jerusalem" In. FRUS, vol. E-15, p.500.
[288] "Telegram 61177/Tosec 726 From the Departament of State to the Consulate in Jerusalem" In. FRUS, vol. E-15, p.506.
[289] Ibidem.
[290] Ibidem.
[291] "Telegram 61177/Tosec 726 From the Departament of State to the Consulate in Jerusalem" In. FRUS, vol. E-15, p.497.
[292] "Telegram 61177/Tosec 726 From the Departament of State to the Consulate in Jerusalem" In. FRUS, vol. E-15, p.506.
[293] Ibidem.

se baseiam"[294], algo que interligava o destino democrático português à estabilidade da détente global.

Por fim, o memorando colocava a necessidade urgente de um estudo sobre a "base das Lajes" e as alternativas caso o acesso a esta fosse perdido[295]. Apesar do aparente alarme, os analistas consideravam que se Portugal mantivesse a sua postura face à NATO, a posição das Lajes não seria afetada. No entanto, a provável radicalização do regime sugeria que as alianças estariam sob teste iminente o que obrigava os EUA a preparar-se para todas as hipóteses, desde a cooperação até à rutura.

O período que se seguiu ao 11 de março de 1975 marcou o fim da fase de análise passiva dos Estados Unidos. Esta mudança, em que a análise diplomática e de inteligência deu lugar à urgência de estratégia geopolítica materializou o dilema de "perceber para intervir?", transformando o "olhar americano" num planeamento ativo de contenção em que a defesa dos interesses estratégicos da NATO e a manutenção da base das Lajes se tornaram prioridades claras, mesmo que isso pudesse significar o isolamento diplomático de um aliado de longa data.

[294] Ibidem.
[295] "Telegram 61177/Tosec 726 From the Departament of State to the Consulate in Jerusalem" In. FRUS, vol. E-15, p.503.

5.2. As Eleições e o Choque de Legitimidades

O período que antecedeu as eleições de 25 de abril de 1975 foi marcado por uma profunda incerteza institucional, em que a legitimidade das urnas foi limitada pela autoridade militar. Na visão da inteligência norte-americana, as eleições não visavam uma mudança imediata na liderança política e militar, mas sim uma consulta popular. Nesse sentido afirmam que "independentemente do resultado, o Movimento das Forças Armadas, agora dominado por oficiais militares radicais, continuará a controlar as instituições políticas do país"[296]. Esta supremacia militar foi formalizada através de um acordo com as principais forças políticas, conhecido por "Pacto MFA-Partidos". Os analistas em Washington observaram com suspeita esta manobra, visto que a liberdade da futura Assembleia Constituinte estava já comprometida, por diversos motivos, entre os quais "uma parte substancial desse documento (a constituição) já foi escrita pelo Movimento das Forças Armadas no poder e aceite pelos principais partidos políticos do país"[297].

A concordância com este pacto pelos partidos moderados, como o PS e o PPD foi vista pelos Estados Unidos não como um mero sinal de fraqueza, mas sim como uma escolha tática, indicando que "os partidos moderados já concordaram com a continuação do governo do Movimento pelos próximos três a cinco anos"[298]. Para os norte-americanos, esta era a prova de que a transição portuguesa não seguia os termos clássicos da democracia e sim, um modelo de tutela militar que os partidos tinham de tolerar para evitar ruturas. Apesar da subordinação formal ao pacto, os diplomatas norte-americanos tinham esperança de que a votação pudesse alterar o equilíbrio de forças internas e acreditavam que os partidos democráticos ainda se "agarravam à esperança de que um bom desempenho da sua parte encorajasse elementos moderados nas forças armadas a pressionar por um regresso ao governo civil"[299].

No entanto, o ambiente de campanha era visto como sendo profundamente hostil para as forças não alinhadas com a esquerda revolucionária. A CIA reportava que "grupos políticos de extrema-esquerda esperam aumentar o seu assédio à atividade de campanha"[300]. Este ambiente intimidador era visto como um meio para silenciar a oposição e garantir que os resultados fossem "aceitáveis para o MFA"[301], resultando num processo classificado pela inteligência americana como um "processo semicontrolado manipulado para garantir um

[296] Central Intelligence Agency. Portugal and the Scheduled Elections. 19 de março de 1975. p.4.
[297] Central Intelligence Agency. National Intelligence Bulletin. 25 de abril de 1975. p.4.
[298] Central Intelligence Agency. Portugal: To the Polls: Weekly Review. 25 de abril de 1975. p.13.
[299] CIA, Portugal and the Scheduled Elections. 19 de março de 1975. p.5.
[300] CIA, Portugal and the Scheduled Elections. 19 de março de 1975. p.2-3.
[301] CIA, Portugal and the Scheduled Elections. 19 de março de 1975. p.9.

resultado favorável"[302]. A exclusão de certas forças políticas das eleições foi outro sinal de coação analisado por Washington. A suspensão do Partido da Democracia Cristã após o 11 de março foi vista como um travão nas aspirações da direita, o que deixou o CDS simultaneamente numa posição isolada e desfavorável, em que este "não deverá ter o dinheiro, a vontade ou a proteção policial necessária para conduzir uma campanha eficaz"[303]. Esta fragilização do espectro político à direita pretendia canalizar a disputa para dentro da Frente Popular pretendida pelos radicais. A própria legitimidade do processo eleitoral foi posta em causa pelo MFA, que prometia repetidamente realizar as eleições, mas questionava a sua utilidade. Para a CIA "cancelar agora apenas confirmaria o que os detratores do Movimento dizem há meses – que uma ditadura militar está a ser estabelecida em Portugal"[304]. Posto isto, a realizações de eleições era vista pelos norte-americanos como mais do que um compromisso democrático, mas também como uma necessidade externa que impedisse o isolamento internacional de Portugal.

A estrutura institucional das eleições de 1975 foi estabelecida para que a vontade popular se tornasse um acessório da vontade militar e os analistas norte-americanos captaram com exatidão este choque de legitimidades encoberto em que tinha, por um lado, a tentativa do MFA de se legitimar através de um processo "pesadamente inclinado para a esquerda"[305] e, por outro, o povo português que apesar de estar limitado pelo "Pacto", via nas urnas uma oportunidade de instituir uma alternativa moderada. À medida que as eleições se aproximavam a tensão entre a representação partidária e a legitimidade revolucionária atingia o seu pico, chegando ao ponto de os partidos de extrema-esquerda manifestarem o seu "desprezo por este exercício de 'democracia burguesa' "[306]. Para estes grupos o voto era visto como uma distração do processo revolucionário decorrente e, em Washington, crescia o receio de que estes pudessem tentar "causar problemas nas urnas"[307] para impedir as eleições.

Dada a situação alguns setores do MFA surgiram com uma estratégia que pretendia desvalorizar a escolha partidária em detrimento do próprio Movimento. A CIA observou que alguns porta-vozes do MFA, não estando "apaixonados pelo processo eleitoral"[308], iniciaram uma campanha com o objetivo de levarem os eleitores indecisos a votarem em branco. Politicamente a finalidade era clara: se o número de votos em branco fosse significativo, o

[302] Ibidem.
[303] CIA, Portugal and the Scheduled Elections. 19 de março de 1975. p.5.
[304] CIA, Portugal and the Scheduled Elections. 19 de março de 1975. p.2.
[305] CIA, Portugal and the Scheduled Elections. 19 de março de 1975. p.9.
[306] CIA. National Intelligence Bulletin. 25 de abril de 1975. p.4.
[307] Ibidem.
[308] Ibidem.

Movimento poderia "procurar relatá-los como votos para si próprio"[309], ou, pior, utilizá-los como fundamento de que "Portugal ainda não estava preparado para a democracia"[310]. Esta campanha contou com o apoio de várias estruturas sociais, como a Intersindical, que se uniu ao esforço do Movimento para "convencer os eleitores a votar em branco"[311]. Na perspetiva da CIA, a posição do PCP revelou-se inesperadamente cautelosa. Apesar de controlar a Intersindical, o PCP não apoiou formalmente esta iniciativa pelo voto em branco. Para os analistas americanos, esta distância tinha por objetivo "ocultar o seu esperado fraco desempenho nas urnas"[312], o que evitaria que uma baixa adesão ao voto branco fosse interpretada como um fracasso direto do partido. A inteligência americana observou que esta luta pelo voto em branco, era, resumidamente, uma tentativa do MFA de estabelecer uma fonte de legitimidade alheia aos partidos. Os líderes mais radicais temiam que uma vitória significativa dos moderados pudesse "fortalecer os moderados dentro do próprio seio militar"[313]. Posto isto, o voto em branco seria um "contrapeso à influência"[314] que os resultados eleitorais poderiam atribuir ao PS e ao PPD, tentando equilibrar o poder a favor da facção revolucionária do CR.

Apesar das tentativas de coação e da campanha pelo voto branco, as eleições revelaram-se um momento de afirmação cívica que espantou os observadores norte-americanos. Num telegrama de avaliação inicial, Carlucci descreveu os acontecimentos com entusiasmo, afirmando que os eleitores portugueses optaram pela democracia numa "afluência massiva e ordeira"[315]. Esta participação massiva foi vista como uma vitória da ordem sobre o caos e que, simultaneamente, desafiou as previsões de que a abertura democrática levaria à anarquia. Os números comprovaram a massiva mobilização popular, mais de "90 por cento dos eleitores registados compareceram"[316] para exercerem o seu direito de voto pela primeira vez em quase meio século. Esta adesão surpreendente foi vista por Washington como a prova definitiva da maturidade portuguesa e da sua vontade de construir um sistema pluralista, rejeitando que a via militar era o único caminho para a estabilidade.

---

[309] Ibidem.
[310] Ibidem.
[311] Ibidem.
[312] CIA. National Intelligence Bulletin. 25 de abril de 1975. p.5.
[313] Ibidem.
[314] CIA. Portugal: To the Polls: Weekly Review. 25 de abril de 1975. p.13.
[315] "Telegram 2395 From the Embassy in Portugal to the Depaertment of State". 26 de abril de 1975. In. United States Department of State, *Foreign Relations of United States, 1973-1976*, vol. E-15, Western Europe, part 2 (Washington, DC: Government Printing Office, 2014), p. 514.
[316] Central Intelligence Agency. Weekly Summary. 2 de maio de 1975. p.10.

Outro resultado relevante para a legitimidade do processo eleitoral foi o fracasso claro da campanha pelo voto branco. Carlucci reportou que os votos brancos e nulos representaram apenas "7 por cento, uma figura baixa face à campanha do MFA a favor do voto branco"[317]. Esta rejeição clara da campanha levada a cabo pelo MFA demonstrou que o povo português não pretendia abdicar da sua soberania em prol de uma legitimidade revolucionária abstrata, pelo que preferia confiar o seu poder nos partidos políticos. Este desfecho deixou os líderes do Movimento numa posição desconfortável, apesar de publicamente se mostrarem satisfeitos com o facto de as eleições terem decorrido sem violência, o que ajudava a "impulsionar a imagem internacional de Portugal"[318], a nível interno estavam "sensíveis ao facto de que a sua campanha... ter angariado apenas 7 por cento dos votos"[319]. Estas estatísticas foram um golpe nas pretensões do MFA de ser o único representante da vontade nacional, o que revelou uma desconexão entre a retórica radical e as aspirações moderadas das urnas.

Segundo os analistas da CIA, a vitória dos moderados foi expressiva. Os três principais partidos moderados, PS, PPD e CDS, conseguiram em conjunto "mais de 70 por cento dos votos"[320]. Já para o Departamento de Estado, o PS emergiu como a força política dominante, com um resultado que "excedeu as esperanças mais otimistas do partido"[321]. Esta vitória conferiu a Soares uma legitimidade democrática que Washington esperava ser útil como um impulso nas futuras negociações com o CR. O dia 25 de abril de 1975 transformou o povo português no árbitro do processo revolucionário, que ao comparecer e votar de forma consciente nos partidos moderados, invalidou a narrativa de que a democracia era impossível para a realidade nacional. O choque de legitimidades era agora ainda mais evidente e claro, a legitimidade do MFA confrontava-se com a legitimidade das urnas.

Os resultados finais não deixaram dúvidas quanto à preferência do eleitorado, o PS obteve 38% dos votos, seguido do PPD com 26%. As forças do socialismo democrático e do centro-esquerda, juntas, conquistaram uma maioria absoluta que Washington viu como um caminho evidente para a moderação[322]. Para o PCP os resultados foram vistos como uma deceção, algo que a inteligência americana fez questão de evidenciar. O partido obteve apenas

[317] "Telegram 2395 From the Embassy in Portugal to the Department of State" In. FRUS, vol. E-15, p.514.
[318] CIA. Weekly Summary. 2 de maio de 1975. p.10.
[319] Ibidem.
[320] Ibidem.
[321] "Telegram 2395 From the Embassy in Portugal to the Department of State" In. FRUS, vol. E-15, p.514.
[322] Ibidem.

13% dos votos, ficando "ligeiramente abaixo das expectativas"[323], tornando-se num fracasso tendo em conta a grande mobilização de recursos e esforços organizativos. A CIA salientou que apesar de o PCP tentar confortar-se com o facto de a votação em conjunto com os seus aliados (como o MDP/CDE) atingir os 20%, as urnas demonstraram que não era a vontade do povo ter os comunistas como representantes. A primeira reação do PCP e do MFA foi marcada por uma tentativa de controlar os danos e de manipular as narrativas. O PCP, "ferido pelo seu fraco desempenho", reagiu afirmando que "forças antidemocráticas" sabotaram a sua campanha[324]. Ao mesmo tempo, os jornais de Lisboa, que segundo a CIA estavam sob "forte influência comunista", não destacaram a vitória dos moderados, optando por agrupar os votos dos socialistas com os dos comunistas de modo a noticiar uma falsa "vitória esmagadora da esquerda"[325]. O MFA adotou uma postura de desvalorização do escrutínio e apesar de os líderes do Movimento estarem satisfeitos com o facto de não ter ocorrido qualquer tipo de violência, não tardaram a "minimizar a vitória dos moderados"[326] afirmando inclusive que os resultados eram um "endosso popular para as políticas 'socialistas' do Movimento das Forças Armadas"[327], ignorando claramente que o voto no PS era, em grande medida, um voto contra os militares radicais.

No CR, a vitória dos moderados aprofundou as divisões internas que os norte-americanos observavam atentamente. A CIA afirmava que o primeiro-ministro Vasco Gonçalves poderia "sofrer politicamente devido ao seu apoio aberto ao MDP"[328], parceiro do PCP que obteve apenas 4% dos votos. Em contrapartida, personalidades como o almirante Rosa Coutinho emergiam como possíveis fatores de equilíbrio. Apesar de ser visto como defensor de uma "variedade indígena de socialismo"[329] os norte-americanos consideravam que poderia aproximar-se de Mário Soares, contribuindo para a criação de uma base de apoio capaz de equilibrar tanto os setores radicais como os moderados.

A análise das eleições de 1975 apresentou um país que, na perceção americana, tinha votado pela moderação, mas que continuava dependente de uma estrutura de poder que não aceitava a decisão das urnas. O choque de legitimidades continuava sem solução, a legitimidade democrática do PS e do PPD chocava com a insistência de um Movimento que via as eleições

[323] Ibidem.
[324] CIA. Weekly Summary. 2 de maio de 1975. p.10.
[325] Ibidem.
[326] Ibidem.
[327] Ibidem.
[328] CIA. Weekly Summary. 2 de maio de 1975. p.11.
[329] Ibidem.

como um suplemento da sua revolução. No entanto, Washington viu a vitória moderada como um meio de "encorajar os moderados dentro do Movimento a tornarem-se um contrapeso mais eficaz"[330] à facção radical. No entanto, este otimismo é balanceado com um realismo pragmático que se resume a uma afirmação de Carlucci "Dois vivas para de democracia". O embaixador salientava que, apesar de o povo ter votado pela democracia, o terceiro "viva" ainda não estava concretizado, pelo menos enquanto o poder real permanecesse nas mãos de um Conselho da Revolução não eleito[331]. Para os analistas as eleições foram uma vitória essencial para os moderados, mas colocaram Portugal num "período de prova cautelosa"[332], prevendo já que a decisão crucial sobre o futuro do país não aconteceria nas urnas, mas sim no conflito direto de forças que o "Verão Quente" viria a provocar.

[330] CIA. Portugal: To the Polls: Weekly Review. 25 de abril de 1975. p.13.
[331] "Telegram 2395 From the Embassy in Portugal to the Depaertment of State" In. FRUS, vol. E-15, p.515.
[332] Ibidem.

5.3. O 25 de novembro e a estabilização democrática

Após as eleições para a Assembleia Constituinte, em abril de 1975, o processo revolucionário português conheceu uma nova fase marcada pelo agravamento da divisão política. Os meses do verão de 1975 ficaram conhecidos como "Verão Quente", período caracterizado por conflitos sociais, pela ocupação de terras e empresas e por ações de violência política. Quando, em setembro, o VI Governo Provisório tomou posse, encontrou um país profundamente polarizado e politicamente fragilizado, contexto que conduziria aos acontecimentos de 25 de novembro de 1975. É nesta conjuntura que a documentação norte-americana analisa a evolução política do outono de 1975.

Durante outubro de 1975, o VI Governo Provisório, liderado por Pinheiro de Azevedo, confrontou-se com a necessidade urgente de impor a sua autoridade perante um país politicamente fragilizado. O governo enfrentava a crescente oposição de movimentos de extrema-esquerda e do PCP. A 10 de outubro, os relatórios da embaixada dos EUA apontavam que "O Conselho de Ministros emitiu uma declaração a 9 de outubro, condenando veementemente a violência ocorrida na noite de 8 no Porto"[333], o governo apontou ainda as responsabilidades aos "apoiantes de grupos políticos minoritários"[334]. Para a diplomacia norte-americana, a reação do governo de Pinheiro de Azevedo foi tida como um sinal positivo, "A forte declaração do Conselho de Ministros – combinada com a aceleração do processo de activação da AMI (Agrupamento Militar de Intervenção) e a expulsão dos esquerdistas do banco central – indica a determinação do governo em manter-se firme diante da crescente crise político-militar"[335]. No entanto, a indisciplina nas Forças Armadas continuava a ser um grande obstáculo à governação, algo que é explicito nos telegramas, através de afirmações como, "O Governo de Azevedo está a fazer o que pode", ao procurar, "pressionar pelo seu apoio para restaurar alguma aparência de ordem na estrutura militar"[336]

O receio de perder o controlo geopolítico era evidente das discussões na Casa Branca. Num memorando de conversação, em 9 de outubro de 1975, perante uma questão colocada por Brent Scowcroft sobre a evolução da situação portuguesa, Henry Kissinger afirmou "Teremos de fazer alguma coisa se uma guerra civil eclodir em Portugal. Não nos podemos permitir

[333] "Situação político-militar". 10 de outubro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[334] Ibidem.
[335] Ibidem.
[336] Ibidem.

perder"[337]. À medida que os dias passavam, os moderados começaram a observar uma estratégia para derrubar o governo. Num almoço com Carlucci, a 15 de outubro, Sá Carneiro, partilhou a sua visão de que estava a ocorrer uma "ofensiva comunista maciça em curso contra o Governo de Azevedo"[338] e de que "a estratégia comunista consiste em atacar em todas as frentes e minar o apoio de Azevedo dentro das Forças Armadas"[339]. A própria embaixada concluiu que "Os comunistas estão silenciosamente, mas activamente, ajudando a criar problemas ao novo Governo"[340] e, em resposta a esta instabilidade, as forças militares aliadas aos moderados começaram a realizar demonstrações de força. O rebentamento dos transmissores da Rádio Renascença, a 7 de novembro, por ordem do CR, foi uma delas: "O Conselho da Revolução havia decidido destruir o transmissor da RR como a maneira mais rápida e eficaz de silenciar a estação"[341]. Para Carlucci "a demonstração de força na RR foi obviamente intencional para mostrar à esquerda que o CR não hesitará em usar a força necessária quando desafiado directamente"[342].

A tensão civil levou a fortes mobilizações populares. Num comício realizado a 9 de novembro em Lisboa, "convocado pelos dois grandes partidos", Pinheiro de Azevedo sentiu-se legitimado pela presença de "40 a 50 mil pessoas" e, "acompanhado pelo secretário-geral socialista, Mário Soares, e o seu concorrente popular democrata Sá Carneiro, o primeiro-ministro Azevedo atacou com dureza a 'esquerda revolucionária'"[343]. Durante o seu discurso, Azevedo, baseou a sua legitimidade na recusa do conceito de vanguarda revolucionária da esquerda, afirmando que "são inválidas as minorias de extrema-esquerda que alegam falar em nome do povo e dos trabalhadores" reforçando que "a vontade do povo é a vontade da maioria"[344]. A 12 e 13 de novembro, trabalhadores da construção civil cercaram o Palácio de São Bento, impedindo a saída dos deputados e, na embaixada, o alerta soou, descrevendo a apreensão no seio das forças moderadas: "Os partidos políticos democratas estão a levar muito

[337] Memorandum of Conversation, The White House, Washington, 9 de outubro de 1975, Gerald R. Ford Presidential Library, *National Security Adviser*.
[338] "Opiniões do secretário-geral do PPD, Sá Carneiro, sobre os desenvolvimentos políticos". 15 de outubro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[339] Ibidem.
[340] "Desenvolvimentos políticos". 8 de setembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[341] "Desenvolvimentos políticos e militares". 8 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[342] Ibidem.
[343] "Discurso do primeiro-ministro num comício em Lisboa, a 9 de Novembro". 10 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[344] Ibidem.

a sério a crise gerada pelos trabalhadores da construção civil liderados pelo PCP"[345]. Durante o cerco, "O porta-voz do PPD disse ao embaixador que acredita que o PCP está a tentar um golpe de Estado. As ordens de Azevedo, disse ele, estavam a ser ignoradas"[346]. O impacto do momento foi resumido pelo comandante Vasco de Almeida e Costa, Ministro da Administração Interna, que em conversa com o embaixador dos EUA afirmou que "Portugal encontra-se, praticamente, em estado de Guerra Civil; só faltam os tiroteios. O Governo de Azevedo representa a última esperança de evitar a violência entre as forças em conflito"[347], alertando ainda para a paralisação do poder por conta da fragmentação militar, considerando que "A desintegração da autoridade militar é virtualmente completa (...) A única solução é 'drenar' as Forças Armadas e reconstruí-las como defensoras do processo constitucional"[348]. Um dos memorandos de Washington do mês de novembro descreve o efeito destes acontecimentos sobre o chefe de Governo: "As táticas foram deliberadamente concebidas para encurralar Azevedo num canto. A situação chegou ao ponto em que o Primeiro-Ministro se viu por duas vezes preso por multidões hostis e, na segunda ocasião, não pôde contar com o apoio militar suficiente para efetuar a sua própria libertação"[349].

A consequência desta impotência face à agitação popular tornou-se evidente a 20 de novembro de 1975, quando o VI Governo Provisório decidiu paralisar as suas funções. O embaixador dos EUA em Lisboa aludiu a esta grave situação, afirmando que o Conselho de Ministros anunciara "às 4h da manhã de hoje (20 de Novembro) que o Governo decidiu suspender as suas actividades até receber garantias do Presidente de que o seu programa político será respeitado"[350]. No comunicado oficial do Governo ficava evidente a razão desta medida extrema, os incidentes ocorridos "demonstraram que o Governo, cuja jurisdição não inclui as Forças Armadas, não pode contar com meios eficazes para assegurar, em certas zonas do país, a sua actividade governamental em condições normais"[351]. Esta tática não foi vista como uma rendição, mas sim como um ultimato às chefias militares e a Costa Gomes. Os diplomatas

---

[345] "Reacção dos partidos ao cerco à Assembleia Constituinte". 13 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[346] Ibidem.
[347] "Comentários políticos do ministro do Interior, Almeida e Costa". 13 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[348] Ibidem.
[349] "Telegram 6965 From the Embassy in Portugal to the Department of State". 21 de novembro de 1975. In. United States Department of State, *Foreign Relations of United States, 1973-1976*, vol. E-15, Western Europe, part 2 (Washington, DC: Government Printing Office, 2014), p. 562.
[350] "Governo auto-suspende-se". 20 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[351] Ibidem.

concluíram de imediato que "A decisão repentina por parte do Governo é uma tentativa de romper o impasse sobre a questão da sua autoridade e forçar um Presidente relutante a exercer o seu poder em apoio às reivindicações do Governo"[352]. A documentação identificava de imediato a origem da iniciativa, afirmando que: "A iniciativa para a decisão partiu do Grupo dos Nove e dos socialistas"[353]. O objetivo deste grupo, liderado por figuras como Melo Antunes e Vasco Lourenço, em articulação com o PS, era colocar Costa Gomes perante a urgência de assumir as suas funções ao forçá-lo a proceder a uma limpeza hierárquica e a neutralizar a indisciplina militar.

Este impasse político-militar quebrou-se de forma violenta na manhã de 25 de novembro de 1975, traduzindo-se numa sublevação protagonizada pelas forças militares ligadas à esquerda radical. Os documentos norte-americanos relatam, com base nas comunicações das Forças Armadas portuguesas que, "pessoal rebelde da Força Aérea de Tancos havia atacado as bases aéreas do Montijo, Monte Real e Tancos"[354], este ataque coordenado a infraestruturas essenciais da defesa nacional apresentou uma intenção clara de dominar o espaço aéreo e anular a capacidade de resposta do Grupo dos Nove e das forças leais ao Governo. Face à ocupação das bases e à iminência de uma difusão da revolta a outras unidades do COPCON, a resposta institucional já não podia assentar na postura de prudência e relutância que, na perspetiva da Embaixada norte-americana, tinha caracterizado a ação de Costa Gomes nas semanas anteriores. Os diplomatas descreviam-no como um "Presidente relutante a exercer o seu poder em apoio às reivindicações do Governo"[355] e consideravam que procuraria "evitar uma resposta clara"[356] ao ultimato governamental, análise que reflete a perceção de uma liderança hesitante face à rápida deterioração política. A dificuldade de Carlucci em interpretar Costa Gomes é reveladora da ambiguidade com que era percebido, chegando a ser descrito como "o maior enigma de Portugal", referindo que procurava fazê-lo "sair do seu habitual silêncio"[357] de modo a melhor compreender as suas motivações. O ultimato ao VI Governo Provisório demonstra o

[352] Ibidem.
[353] "Contexto sobre o ultimato ao Presidente". 20 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[354] "Motim dos Pára-quedistas: Relatório de Situação nº3". 25 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[355] "Governo auto-suspende-se. 20 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[356] "A auto-suspensão do Governo continua". 21 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[357] "Conversa com o Presidente Costa Gomes" 20 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.

seu efeito, sem executivo para assumir as responsabilidades, a presidência e o CR tiveram de agir com firmeza.

Foi na tarde do 25 de novembro que se deu a viragem. As chefias militares moderadas forçaram a tomada de medidas, "Às 16h30, o Estado-Maior das Forças Armadas declarou o 'Estado de Emergência'"[358], a justificação para esta decisão partia da leitura de que o levantamento não era apenas um protesto dos para-quedistas e sim uma tentativa de golpe de Estado nacional. Os norte-americanos referem claramente que "os objetivos dos para-quedistas amotinados eram mais amplos do que haviam declarado" e que, com as suas ações "eles estavam a permitir ser arrastados para uma Guerra Civil"[359], conflito armado este há muito temido pela Administração Ford e que se estava a materializar neste momento nos quarteis de Lisboa.

De forma a tentar conter a insurreição, o Grupo dos Nove e o Presidente da República confiaram as operações a um núcleo de oficiais moderados e é neste contexto que num relatório da CIA redigido a 26 de novembro se afirma que "Apoiado por vários membros do Conselho da Revolução – incluindo um subjugado Otelo de Carvalho -, o Presidente Costa Gomes anunciou ontem à noite à nação que impôs o estado de sítio na região militar de Lisboa, ordenou um recolher obrigatório da meia-noite às seis da manhã, e proibiu a publicação de todos os jornais na região hoje"[360]. A adjetivação da inteligência norte-americana a um Otelo Saraiva de Carvalho "subjugado" demonstra que o líder do COPCON tinha perdido a sua capacidade de influência num momento crítico, ficando paralisado pelas forças leais ao Presidente. A eficácia da resposta dos oficiais moderados levou ao fim do motim e à recuperação das infraestruturas estratégicas, "o governo havia recuperado o controlo das três bases aéreas e do quartel-general da Força Aérea da região de Lisboa que haviam sido ocupados pelos rebeldes ontem", os para-quedistas amotinados apenas conseguiram recuperar o controlo da sua própria base em Tancos, "após a terem perdido temporariamente para as forças leais"[361]. O 25 de novembro foi marcado pelo vazio das ruas, a esperada insurreição civil de apoio aos militares não se concretizou, algo que a inteligência americana também notou, "Apesar dos apelos transmitidos pela televisão para que esquerdistas e trabalhadores saíssem à rua para apoiar os para-quedistas, a única participação civil significativa foi de anticomunistas numa cidade a norte de Lisboa que

[358] "Motim dos Pára-quedistas: Relatório de Situação nº5". 25 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[359] Ibidem.
[360] Central Intelligence Agency. The President's Daily Brief. 26 de novembro de 1975. p.5.
[361] Ibidem.

ajudaram a recapturar a base local aos rebeldes. O Partido Comunista não tomou qualquer medida"[362] e o motim chegava assim ao seu fim, sem apoio popular nem suporte político.

Apesar da vitória das forças moderadas a 25 de novembro, o futuro político de Portugal continuava ainda incerto o que levou os Estados Unidos a agir em duas frentes perante o novo cenário. Na frente político-militar, o principal objetivo era evitar que o conflito escalasse para uma Guerra Civil aberta. A 5 de dezembro, Melo Antunes confidenciou a Carlucci que os comunistas não tinham convocado os seus militantes para as ruas durante a crise porque "tinham em mente a 'oferta de assistência de Kissinger'"[363]. Esta perceção é reforçada pela própria embaixada, que reconheceu ter prestado auxílio a membros do executivo, entre os quais Almeida e Costa. Essa avaliação leva Carlucci a concluir que a presença norte-americana foi essencial para os moderados, afirmando que "o governo talvez não tivesse sido tão decisivo se não soubesse que estávamos presentes"[364]. Para além da ação diplomática e militar, os Estados Unidos ativaram uma ofensiva secreta no plano laboral e civil para minar o poder do PCP nas fábricas e estruturas sindicais após a crise de 25 de novembro. Através dos memorandos da Administração Ford, é possível observar que os norte-americanos injetaram fundos na sociedade civil portuguesa, ao justificar que "A assistência clandestina que o senhor autorizou anteriormente tem dado um contributo significativo para as forças pró-ocidentais em Portugal"[365]. Estes recursos secretos tinham aplicações muito especificas no terreno, entre elas, "treinar e colocar em campo organizadores sindicais, estabelecer centros de trabalho, estabelecer publicações laborais e fortalecer os seus esforços de organização sindical"[366]. Apesar da ainda atenta análise norte-americana nos campos político-militar e na sociedade, o 25 de novembro encerrava um período conturbado de rutura institucional, abrindo, por fim, o caminho que levaria à consolidação e estabilização democrática.

[362] Ibidem.
[363] "Apoio ao VI Governo Provisório". 26 de novembro de 1975. In: O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro. Lisboa: 2025.
[364] Ibidem.
[365] "Memorandum From the President's Assistant for National Security Affairs (Scowcroft) to President Ford" 12 de outubro de 1976. In. United States Department of State, *Foreign Relations of United States, 1973-1976*, vol. E-15, Western Europe, part 2 (Washington, DC: Government Printing Office, 2014), p. 582.
[366] "Memorandum From the President's Assistant for National Security Affairs (Scowcroft) to President Ford" In. FRUS, vol. E-15, p.582.

Conclusão

A presente dissertação propôs-se a analisar a complexidade do "olhar americano" face ao processo revolucionário português, com o objetivo de compreender de que modo os imperativos da Guerra Fria influenciaram a ação dos Estados Unidos face ao fim do Estado Novo e à posterior instabilidade política. A análise exaustiva das fontes primárias, desde os telegramas da Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa aos relatórios e memorandos da CIA e do Departamento de Estado, permitiu concluir que a política externa norte-americana esteve longe de ser meramente passiva. Contrariamente, esta caracterizou-se por uma evolução estratégica contínua, marcada pelo receio do expansionismo soviético, pela defesa dos interesses estratégicos norte-americanos e pela crescente consciencialização da determinação dos movimentos moderados portugueses.

O primeiro grande resultado desta investigação reside na revisão da interpretação tradicional do "esperar para ver". Uma parte da historiografia, representada por autores como Tiago Moreira de Sá, tem salientado que a atitude inicial de Washington ao 25 de abril foi condicionada pela surpresa do golpe e pelas limitações de uma administração fragilizada pelo Vietname e pelo escândalo Watergate. É incontestável que existiu uma surpresa inicial, uma certa "cegueira diplomática", decorrente deste contexto. No entanto, a análise da documentação diplomática e de inteligência demonstra que essa surpresa não se traduziu numa atitude passiva. Em vez de "esperar para ver", os documentos oficiais demonstram que a diplomacia e a inteligência norte-americanas adotaram, desde o primeiro momento, uma postura de "perceber para intervir. Os analistas e diplomatas norte-americanos foram imediatamente acionados para tentar descodificar a complexidade político-militar portuguesa, bem como analisar as facções ideológicas do MFA e identificar os atores moderados capazes de controlar o processo revolucionário. O 1 de maio de 1974 desfez qualquer ilusão de distanciamento, a enorme mobilização popular, provou a Washington que o desenrolar dos acontecimentos necessitava de uma leitura tática constante, cujo objetivo seria preparar uma possível intervenção diplomática, económica e secreta, que protegesse o flanco sul da aliança atlântica.

A dinâmica do "perceber para intervir" aplicou-se particularmente à questão colonial, sobretudo porque a queda do império português não foi de todo perspetivada por Washington como um mero acontecimento histórico na história do colonialismo europeu, mas sim como a abertura de uma possível perigosa frente geoestratégica no quadro da Guerra Fria. Apesar de os EUA reconhecerem a inevitabilidade da descolonização pretendiam que fosse um processo gradual e politicamente controlado. O receio não residia na descolonização em si, mas sim na

possibilidade de que uma retirada abrupta pudesse favorecer movimentos alinhados com o bloco soviético. O caso de Angola e Moçambique foi avaliado com máxima gravidade pela CIA, que presumiu o risco de que o colapso da autoridade portuguesa pudesse criar um vazio de poder que poderia ser instrumentalizado pela União Soviética e seus aliados. Posto isto, a descolonização deixou de ser um problema interno para se tornar num dilema global levando os EUA a recorrerem a estratégias diplomáticas de modo a influenciar a evolução do processo e evitar que as independências africanas dessem lugar a regimes marxistas.

O terceiro ponto conclusivo demonstra que a estratégia americana de intervenção se deparou, numa fase inicial, com erros de perceção analítica sobre os equilíbrios de poder internos, depositando numa primeira fase elevadas esperanças no prestígio do General António de Spínola, observando-o como um elemento essencial contra a radicalização da esquerda. No entanto, com o 28 de setembro esta ideia altera-se. A inteligência norte-americana compreendeu pragmaticamente que Spínola falhara no seu braço de ferro com o MFA, convertendo-o num *figurehead*. A sua demissão demonstrou as limitações de uma política externa que insistia em personificar a estabilidade numa única liderança militar. Com a queda de Spínola e a consequente viragem política à esquerda, os EUA foram forçados a ajustar as suas "lentes" interpretativas, abandonando o conservadorismo e passando a focar-se num esforço de influência sob as correntes moderadas do próprio MFA.

O ano de 1975 representou o pico da urgência do "perceber para intervir", levando a própria liderança da política externa norte-americana a colidir ideologicamente acerca do rumo da transição portuguesa. Por um lado, o pessimismo de Henry Kissinger levou-o a formular a "Teoria da Vacina" após o fracasso do 11 de março e a ascensão do CR. Para Kissinger a influência do PCP sobre Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Gonçalves significava que Portugal estava perdido para o bloco soviético, sendo necessário isolá-lo e "vacinar" o país de modo a evitar o contágio comunista pelos restantes países ocidentais. Por outro lado, Frank Carlucci, através da sua experiência direta no terreno, percebeu que a sociedade portuguesa e os partidos democráticos detinham uma resiliência não compreendida pelo Departamento de Estado. A clarificação desta disputa surge com o escrutínio de 25 de abril de 1975, que gerou um incontestável "choque de legitimidades", mas que registou uma afluência massiva que votou maioritariamente no PS e do PPD, derrotando a campanha de voto em branco promovida pelos radicais do MFA e abalou a intenção vanguardista do PCP. Através desta realidade registada nas urnas, Carlucci convenceu a administração norte-americana a adotar uma estratégia de "apoio aos moderados", refletindo-se numa intervenção completamente alterada, que apoiou

substancialmente a organização de sindicatos livres e suporte financeiro e diplomático à liderança de Mário Soares.

O desfecho do processo revolucionário português no outono de 1975 refletiu a eficácia da abordagem defendida por Carlucci. O impasse do governo de Pinheiro de Azevedo, fustigado pela indisciplina militar e pelo cerco a São Bento, deflagrou na clarificação do 25 de novembro em que a insurreição armada da extrema-esquerda militar foi neutralizada de forma efetiva pela resposta coordenada do Grupo dos Nove. Os registos diplomáticos e de inteligência norte-americanos comprovam que a atuação indireta norte-americana nesta fase foi decisiva. O apoio político e económico de Washington proveu os instrumentos necessários para que os oficiais moderados agissem com clareza e exatidão. O colapso do motim e a prudência política encerraram a fase de agitação revolucionária. A intervenção dos EUA passou neste momento de uma lógica de contenção defensiva para um patrocínio aberto que viabilizaria o caminho para a consolidação institucional de um regime democrático pluralista.

A presente investigação insere-se neste renovado panorama historiográfico, não por substituir as interpretações existentes, mas sim por aprofundá-las através de uma abordagem distinta. Estudos como os de Tiago Moreira de Sá privilegiaram a evolução da política externa norte-americana e as diferentes fases da sua intervenção durante o processo revolucionário português. Esta investigação foca-se nos mecanismos de produção dessas opções políticas através da análise crítica de relatórios da CIA, telegramas da Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa e documentos do *Foreign Relations of the United States*, a partir dos quais se procurou reconstruir a evolução das avaliações e interpretações produzidas por e para a administração norte-americana. O principal contributo desta dissertação reside, então, em evidenciar que a compreensão da realidade portuguesa foi crucial numa estratégia contínua, na qual a recolha e produção de informação bem como a constante reformulação das perceções foram determinantes na tomada de decisão política norte-americana, sintetizado neste trabalho, na expressão "perceber para intervir".

Como qualquer investigação acerca da história das relações internacionais no período da Guerra Fria, este trabalho encontra-se delimitado por barreiras arquivísticas que se tornam a sua principal limitação metodológica, apesar de a consulta dos arquivos norte-americanos ter sido exaustiva, a investigação teria adquirido uma análise muito mais rica se tivesse sido possível cruzar os dados aqui analisados com as fontes primárias do bloco oposto, nomeadamente os relatórios do Comité de Segurança do Estado soviético (KGB). O acesso aos arquivos do antigo KGB está vedado por barreiras insuperáveis que justificam a sua ausência neste estudo. Primeiramente, o atual contexto geopolítico internacional marcado pelo profundo

congelamento das relações diplomáticas e académicas entre a Federação Russa e os Estados Membros da União Europeia e pelo conflito na Ucrânia, inviabilizou qualquer deslocação ou consulta a estes arquivos. E, contrariamente aos conjuntos documentais norte-americanos, o sistema arquivístico pós-soviético não procedeu ainda à desclassificação de documentos acerca da infiltração política na Europa Ocidental, sendo estes raros e, consequentemente, politicamente instrumentalizados. Estas condicionantes, aliadas às barreiras linguísticas, delimitaram o âmbito desta dissertação às fontes do bloco ocidental, mantendo, ainda assim, o rigor científico através da triangulação de diversos tipos de fontes.

Os resultados deste estudo abrem, naturalmente, horizontes para futuras linhas de investigação que permitirão alargar a compreensão da dimensão internacional da transição portuguesa. Uma primeira via passaria pelo prolongamento da análise para o período pós 25 de novembro de 1975, procurando compreender de que modo a perceção norte-americana evoluiu após a consolidação democrática portuguesa e foi enquadrada nas prioridades estratégicas dos Estados Unidos no contexto da construção europeia e da evolução da Guerra Fria Paralelamente, seria altamente relevante analisar a cobertura da Revolução portuguesa pela imprensa norte-americana. Uma investigação futura poderia centrar-se em publicações de referência como o *The New York Times*, o *The Washington* Post ou a revista *Time*, de modo a compreender de que forma a narrativa jornalística moldou a opinião pública americana e aferir se corroborou, ou não, o pessimismo do Departamento de Estado ou se, contrariamente, conseguiu prever a resiliência democrática verificada no terreno.

Conclui-se, portanto, que a transição portuguesa evidenciou que a superação da ditadura e do império dependeu de um complexo equilibrismo na diplomacia global. Para os Estados Unidos, a vitória do modelo ocidental pluralista em Portugal exigiu uma adaptação contínua das suas opções políticas à evolução do processo revolucionário, demonstrando a importância de compreender as particularidades locais para agir de forma cirúrgica.

> Assim, o balanço da Revolução não se esgota no período de 1974-1976: prolonga-se nos usos políticos e culturais que moldaram a memória pública. O Portugal democrático construiu-se sobre a tensão entre estes dois marcos, 25 de abril e 25 de novembro, não como datas opostas, mas como momentos complementares, expressão das possibilidades e dos limites da mudança. No fim, permanece a herança maior: a conquista irreversível da liberdade e a institucionalização de uma democracia pluralista, que, apesar de crises e contradições, se consolidou como a mais duradoura da história contemporânea portuguesa.[367]

[367] REZOLA, Maria Inácia. *Revolução: a construção da democracia portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2025. p. 258.

Fontes

Telegramas da Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa:

ABRILABRIL (ed.). *O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: De abril ao Golpe de Palma Carlos*. Lisboa: AbrilAbril, 2024. Disponível em: https://www.abrilabril.pt/sites/default/files/de_abril_ao_golpe_palma_carlos_-_o_25_de_abril_visto_da_embaixada_americana.pdf (Consultado a: 15 de setembro de 2025).

ABRILABRIL (ed.). *O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: O 28 de Setembro.* Lisboa: AbrilAbril, 2024. Disponível em: https://www.abrilabril.pt/sites/default/files/25_abril_visto_pela_embaixada_dos_eua_vol_2.pdf (Consultado a: 20 de outubro de 2025).

ABRILABRIL (ed.). *O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A chegada de Carlucci*. Lisboa: AbrilAbril, 2024. Disponível em: https://www.abrilabril.pt/sites/default/files/25_abril_visto_pela_embaixada_dos_eua_vol_3.pdf (Consultado a: 5 de janeiro de 2026).

ABRILABRIL (ed.). *O 25 de abril visto da Embaixada norte-americana: A contra-revolução de Novembro*. Lisboa: AbrilAbril, 2025. Disponível em: https://www.abrilabril.pt/sites/default//files/a_contra-revolucao_de_novembro_-_o_25_de_abril_visto_da_embaixada_norte-americana_-_copia.pdf (Consultado a: 20 de Janeiro de 2026).

Central Intelligence Agency (CIA):

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Coup in Portugal*. 29 de abril de 1974. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/loc-hak-206-1-25-4 (Consultado a: 10 de setembro de 2025).

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Portugal.* 26 de abril de 1974. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/loc-hak-206-1-25-4 (Consultado a: 10 de setembro de 2025).

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Portugal: The Economic Impact of Losing Angola, Mozambique, and Portuguese Guinea*. 23 de setembro de 1974. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp85t00875r001900030097-9 (Consultado a: 6 de outubro de 2025).

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Current Economic Situation in Portugal*. 24 de setembro de 1974. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp85t00875r001900030100-4 (Consultado a 11 de outubro de 2025).

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Portugal: Recent Developments and Short Term Prospects*. 27 de janeiro de 1975. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/loc-hak-60-5-5-4 (Consultado a 5 de Janeiro de 2026).

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Coup Attempt in Portugal*. 11 de março de 1975. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp85t00353r000100150004-6 (Consultado a: 8 de março de 2026)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Portugal and the Scheduled Elections*. 19 de março de 1975. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79r01142a000600010018-3 (Consultado a: 8 de março de 2026)

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, *A Shift to the Left in Portugal and Cabinet Shuffle*. 22 de março de 1975. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp80b01495r000600140005-9 (Consultado a: 8 de março de 2026).

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *National Intelligence Bulletin*. 25 de abril de 1975. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79t00975a027600010044-7 (Consultado a: 12 de março de 2026).

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Portugal: To the Polls: Weekly Review*. 25 de abril de 1975. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp85t00875r001000080020-7 (Consultado a: 12 de março de 2026).

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Weekly Summary*. 2 de maio de 1975. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp86t00608r000300020021-5 (Consultado a: 13 de março de 2026).

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The President's Daily Brief*. 26 de novembro de 1975. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/0006014964 (Consultado a: 4 de abril de 2026).

Departamento de Estado dos EUA – Foreign Relations of the United States (FRUS):

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of the United States 1973-1976*. Vol. E-15. Western Europe, part 2. Washington DC: Government Printing Office. 2014. Disponível em: https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2 (Consultado a 28 de novembro de 2025).

Gerald Ford Presidential Library – Memoranda of Conversation:

Memorandum of Conversation, The White House, Washington, 9 de outubro de 1975, Gerald R. Ford Presidential Library, *National Security Adviser*.

Kissinger Cables:

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA. *Portuguese Issues at 29th UNGA* (Telegrama 1974STATE202939_b). 14 de setembro de 1974. In: Kissinger Cables. WikiLeaks. Disponível em: https://search.wikileaks.org/plusd/cables/1974STATE202939_b.html (Consultado a 7 de março de 2026).

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA. *Message to Mozambique's Transitional Government* (Telegrama 1974STATE207165_b). 19 de setembro de 1974. In: Kissinger Cables. WikiLeaks. Disponível em: https://search.wikileaks.org/plusd/cables/1974STATE207165_b.html (Consultado a 14 de março de 2026).

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA. *Situation in Portugal* (Telegrama 1974STATE214840_b). 30 de setembro de 1974. In: Kissinger Cables. WikiLeaks. Disponível em: https://search.wikileaks.org/plusd/cables/1974STATE214840_b.html (Consultado a 15 de março de 2026).

Referências Bibliográficas

ANDREW, Christopher. *For the President's Eyes Only*. New York: Harper Collins Publishers. 1995.

CARVALHO, Thiago. Transição e descolonização. As relações entre Portugal e o Brasil (1974-1976). *Ler História*. 2012, nº 63.

CASTAÑO, David. The 25 April as seen from abroad. *Relações Internacionais*. Lisboa. 2024.

COSTA PINTO, António. *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte. 2001.

DEL PERO, Mario. A European Solution for a European Crisis. The International of Portugal's Revolution. *Journal of European Integration History*. 2009, vol.15.

FERREIRA, José Medeiros. *Não há mapa cor-de-rosa: A história (mal)dita da integração europeia.* Lisboa: Edições 70, 2014.

FONSECA, Ana Mónica. O apoio da social-democracia alemã à democratização portuguesa (1974-1975). *Ler História*. 2012, nº 63.

GAVÍN, Victor. "Os Estados Unidos e o 25 de Abril de 1974". *Relações Internacionais*. Lisboa. 2024.

GOMES, Bernardino; MOREIRA DE SÁ, Tiago. *Carlucci vs. Kissinger: Os EUA e a Revolução Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2008.

JALALI, Carlos. *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

KROTZ, Ulrich; PATEL, Kiran Klaus; ROMERO, Federico. *Europe's Cold War Relations: The EC Towards a Global Role*. London: Bloomsbury Publishing. 2020.

LUÍS, Rita. *A Revolução a que se pode ir de carro: Portugal, Espanha e os media (1974-1975).* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2024.

MACQUEEN, Norrie. *The Decolonization of Portuguese Africa*. London: Addison Wesley Longman. 1997.

MARTELO, David. *25 de abril: do Golpe Militar à Revolução na forma tentada*. Lisboa: Sílabo. 2020.

MAXWELL, Kenneth. *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press. 1995.

MAXWELL, Kenneth. Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976). *Relações Internacionais.* Lisboa. 2005.

MOREIRA DE SÁ, Tiago. A Revolução portuguesa nos arquivos norte-americanos, o ano de 1974. *Relações Internacionais.* Lisboa. 2007.

MOREIRA DE SÁ, Tiago. *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa (1974-1976)*. Lisboa: ID-MNE. 2009.

MOREIRA DE SÁ, Tiago. *Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. 2015.

OLIVEIRA, Pedro Aires. *Os despojos da aliança: A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2007.

REZOLA, Maria Inácia. *25 de abril – Mitos de Uma Revolução*. Lisboa: A Esfera dos Livros. 2008.

REZOLA, Maria Inácia. "Definindo o Poder Político-Militar (do 25 de abril ao 11 de março)". In: ROSAS, Fernando, coord. *Revolução Portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Tinta da China. 2022.

REZOLA, Maria Inácia. *Revolução: A construção da democracia portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2025.

RODRIGUES, Luís Nuno. *Brevíssima História da Revolução dos Cravos*. Lisboa: Tinta da China. 2026.

ROSAS, Fernando. "Do Golpe Militar à Revolução". In: ROSAS, Fernando coord. *Revolução Portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Tinta da China. 2022.

TELO, António José. *História Contemporânea de Portugal: Do 25 de abril à actualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença. 2007.

TELO, António José. *História Contemporânea de Portugal: Do 25 de abril à actualidade*. Vol. II. Lisboa: Editorial Presença. 2008.

WESTAD, Odd Arne. *The Global Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press. 2007.